Esta capa foi atualizada no dia 25/02/2022, às 12:00.

ANTONIO VALIENTE

Pioneiro AO TEU LADO

Ano 74 - nº 14.356

CAXIAS DO SUL, 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicidade Legal

PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

contato.comercial@gruporbs.com.br

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:24:08 -03'00'

APROXIMANDO PESSOAS
COMO NOSSO PROPÓSITO

NÍVEL 2 BM&FBOVESPA

SMLL INDX ITAG IBRA IGC IGCT POMO B3 LISTED N2

SOMOS FORÇA PARA INVESTIMENTOS. SOMOS CERTEZA DE UM FUTURO DE RENDIMENTOS. SOMOS A MARCOPOLO.

Marcopolo APROXIMANDO PESSOAS

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as) Acionistas:
A Administração da Marcopolo S.A. ("Marcopolo" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos.
As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marcopolo é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, fundada em 06 de agosto de 1949, e tem como principal objeto a fabricação e venda de ônibus, carrocerias para ônibus e componentes.
A linha de produtos abrange uma ampla variedade de modelos, composta pelos grupos de ônibus rodoviários, urbanos e micros, além da família Volare (ônibus completo, com chassi e carroceria) e ônibus elétricos. A Companhia também está habilitada a produzir veículos para transporte coletivo de pessoas sobre trilhos.
A fabricação de ônibus é realizada em onze unidades fabris, sendo três localizadas no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul - RS e uma em São Mateus - ES), e oito no exterior, sendo uma na África do Sul, três na Austrália, uma na China, uma no México, uma na Argentina e uma na Colômbia.
A Marcopolo detém ainda 40% de participação na empresa Valeo (climatização e ar-condicionado), 30% na WSul (espumas para assentos), 65% na Apolo (soluções em plásticos), 20% na encarroçadora egípcia GP Polo e 9,3% na empresa canadense NFI Group Inc.
A Marcopolo também detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos da Companhia.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

Na tabela abaixo, estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2021.

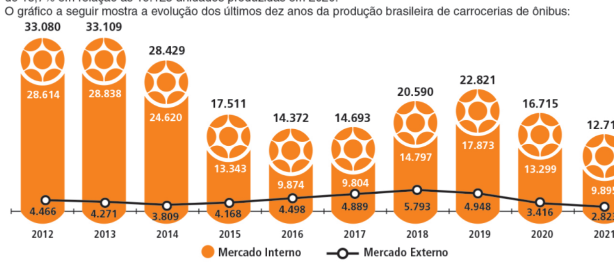
DADOS CONSOLIDADOS
(R$ em milhões e variação em percentual, exceto quando indicado de outra forma)

DESEMPENHO OPERACIONAL	2021	2020	Var. %
Receita operacional líquida	3.499,4	3.589,7	-2,5
Receitas no Brasil	1.784,2	1.817,8	-1,9
Receita de exportação do Brasil	649,3	938,3	-30,8
Receita no exterior	1.065,9	833,5	27,9
Lucro Bruto	356,2	595,6	-40,2
EBITDA [1]	333,5	268,5	24,2
Lucro Líquido	358,4	90,7	295,1
Lucro por ação em R$	0,381	0,096	297,2
Retorno sobre o Capital Investido - ROIC [2]	5,3%	4,6%	0,7 pp
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE [3]	14,0%	3,6%	10,4 pp
Investimentos	104,0	134,3	-22,6
Patrimônio Líquido	2.905,0	2.552,2	13,8
POSIÇÃO FINANCEIRA: SEGMENTO INDUSTRIAL			
Caixa, Equivalente a Caixa e Aplicações Financeiras	1.355,4	1.059,9	27,9
Passivo Financeiro de Curto Prazo	-692,9	-509,4	-36,0
Passivo Financeiro de Longo Prazo	-1.121,6	-945,8	-18,6
Passivo Financeiro Líquido	-459,1	-395,2	-16,2
POSIÇÃO FINANCEIRA: SEGMENTOS INDUSTRIAL E FINANCEIRO			
Caixa, Equivalentes a Caixa e Aplicações Financeiras	1.398,7	1.111,5	25,8
Passivo Financeiro de Curto Prazo	-887,6	-727,8	-22,0
Passivo Financeiro de Longo Prazo	-1.434,3	-1.303,0	10,1
Passivo Financeiro Líquido	-923,2	-919,3	-0,4
MARGENS			
Margem Bruta	10,2%	16,6%	-6,4 pp
Margem *EBITDA*	9,5%	7,5%	2 pp
Margem Líquida	10,2%	2,5%	7,7 pp

Notas: [1] *EBITDA* = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações; [2] *ROIC (Return on Invested Capital)* = (Nopat dos últimos 12 meses)/(clientes + estoques + outras contas a receber + investimentos + imobilizado + intangível - fornecedores - outras contas a pagar). Foram excluídos do cálculo os efeitos do Banco Moneo sobre a base de ativos e passivos. [3] *ROE* (*Return on Equity*) = Lucro Líquido dos últimos 12 meses/Patrimônio Líquido Inicial; pp = pontos percentuais.

3. DESEMPENHO DO SETOR DE ÔNIBUS NO BRASIL

A produção brasileira de ônibus alcançou 12.718 unidades em 2021, volume 23,9% inferior às 16.715 unidades produzidas em 2020. A última vez em que a produção brasileira atingiu nível tão baixo foi em 1999, com 12.098 unidades. A demanda no mercado interno atingiu 9.895 unidades, 25,6% inferior em relação ao ano de 2020 (13.299), enquanto a produção destinada ao mercado externo foi de 2.823 unidades, queda de 17,3% em relação às exportações do ano anterior (3.416). Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o modelo Volare não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção desse tipo de veículo, a produção nacional seria de 16.116 unidades no ano, havendo uma queda de 15,7% em relação às 19.125 unidades produzidas em 2020.
O gráfico a seguir mostra a evolução dos últimos dez anos da produção brasileira de carrocerias de ônibus:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS - TOTAL (em unidades)

PRODUTOS [1]	2017	2018	2019	2020	2021
Rodoviários	4.768	5.993	5.820	4.333	4.570
Urbanos	7.152	9.947	13.291	8.773	5.747
Micros	2.773	4.650	3.710	3.609	2.401
TOTAL	**14.693**	**20.590**	**22.821**	**16.715**	**12.718**

Fontes: FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus).
Notas: [1] Inclui as unidades exportadas em KD (desmontadas).

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS - MERCADO INTERNO (em unidades)

PRODUTOS [1]	2017	2018	2019	2020	2021
Rodoviários	2.116	3.416	3.701	3.227	3.178
Urbanos	6.199	7.942	11.255	6.560	4.514
Micros	1.489	3.439	2.917	3.512	2.203
TOTAL	**9.804**	**14.797**	**17.873**	**13.299**	**9.895**

Nota: [1] Vide notas do quadro - Produção Brasileira de Ônibus - Total.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS - MERCADO EXTERNO (em unidades)

PRODUTOS [1]	2017	2018	2019	2020	2021
Rodoviários	2.652	2.577	2.119	1.106	1.392
Urbanos	953	2.005	2.036	2.213	1.233
Micros	1.284	1.211	793	97	198
TOTAL	**4.889**	**5.793**	**4.948**	**3.416**	**2.823**

Nota: (1) Vide notas do quadro - Produção Brasileira de Ônibus - TOTAL.

4. DESEMPENHO DA MARCOPOLO

A performance da Companhia em 2021 foi fortemente impactada pela segunda onda da pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos nos mercados de ônibus no Brasil e exterior, a partir do número crescente de casos graves. Todos os segmentos sofreram com as novas ondas e o aumento da letalidade da pandemia. Durante o ano, boa parte das operações permaneceram em regime de *lay-off* parcial, novos ajustes de quadro foram realizados a fim de adequar a mão de obra à realidade de mercado e a concessão de férias coletivas no Brasil foi utilizada em dois momentos, início de janeiro e entre os meses de agosto e setembro de 2021.
Em 2021, a venda de ônibus e carrocerias da Marcopolo direcionada ao mercado interno sofreu queda de 18,2%, frente ao desempenho já negativo de 2020. O programa federal Caminho da Escola e a recuperação de volumes no segmento de rodoviários dedicados à atividade de fretamento ajudaram a segurar as vendas. Os escolares responderam por 21,3% dos volumes, enquanto o fretamento representou 19,7% das unidades vendidas no mercado interno em 2021.
Nas exportações, a demanda também foi profundamente afetada pela pandemia nos principais mercados da Companhia, com queda de 19,1% no volume vendido. As entregas ao continente africano foram o maior destaque. Mercados importantes na América do Sul não esboçaram reação relevante, aprofundando a queda já apurada em 2020. Nas unidades externas, Superpolo (Colômbia), Marcopolo África do Sul (MASA) e Marcopolo Argentina (Metalsur) foram os destaques positivos.
Os rodoviários apuraram aumento de 6,9% em volumes produzidos na comparação com 2020, com o setor de fretamento sustentando vendas no segmento. O lançamento dos ônibus rodoviários da Geração 8 ("G8") aliado à vacinação e reabertura do turismo, ajudaram a alavancar vendas no 2S21. A falta de componentes, em especial semicondutores, afetou a produção no segmento que possui maior tecnologia embarcada.
A produção de urbanos foi 16,8% inferior a 2020, reflexo do efeito da pandemia no transporte público, da queda nas exportações do modelo e do menor volume de urbanos entregues ao programa Caminho da Escola na comparação anual.
O segmento de micros manteve boa performance, com destaque para a divisão de negócio Volare, que apresentou crescimento de 40,8% na comparação anual. Compras públicas, incluindo volumes entregues para o Caminho da Escola, bem como a flexibilidade do modelo para uso em diferentes atividades, beneficiaram o segmento.
Em 30 de junho de 2021, a Companhia comunicou o mercado sobre o reconhecimento de valores associados à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, beneficiando a Companhia e suas controladas Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. e Volare Veículos Ltda. O montante foi contabilizado no 2T21.
No dia 20 de julho, a Companhia divulgou ao mercado o lançamento da nova geração de seus ônibus rodoviários Geração 8, reforçando seu posicionamento em produtos de alta tecnologia e performance, focados no cliente e na segurança e conforto dos usuários.
Em 6 de agosto, a Companhia anunciou a concessão de férias coletivas extraordinárias a partir do dia 23 de agosto em função da falta de determinados componentes eletrônicos, especialmente *headunits* que equipam os ônibus rodoviários pesados. Após 20 dias de férias, as plantas voltaram à atividade.
Em 5 de outubro, a Companhia comunicou o mercado sobre a realização de investimento na empresa CTA Smart, mediante aporte de capital por participação minoritária no montante de R$ 1,5 milhão. O investimento busca explorar as sinergias existentes entre a Marcopolo e a CTA Smart, agregando valor ao cliente na gestão de suas frotas.
Por fim, em 15 de dezembro de 2021, a Marcopolo informou o mercado sobre a alienação de imóvel de sua controlada Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. A planta encontrava-se em inatividade desde 30 de outubro de 2020.

4.1 Unidades Registradas na Receita Líquida
Em 2021, foram registradas na receita líquida 11.255 unidades, sendo 7.310 registradas no Brasil (64,9% do total), 1.494 exportadas a partir do Brasil (13,3% do total) e 2.451 produzidas no exterior (21,8% do total), conforme apresentado na tabela a seguir:

OPERAÇÕES (em unidades)	2021	2020	Var. %
BRASIL			
- Mercado Interno	7.310	8.941	-18,2%
- Mercado Externo	1.882	2.327	-19,1%
SUBTOTAL	**9.192**	**11.268**	**-18,4%**
Eliminações KD's exportados [1]	388	447	-13,2%
TOTAL NO BRASIL	**8.804**	**10.821**	**-18,6%**
- África do Sul	240	164	46,3%
- Austrália	275	375	-26,7%
- China	30	38	-21,1%
- México	1.063	636	67,1%
- Argentina	843	232	263,4%
TOTAL NO EXTERIOR	**2.451**	**1.445**	**69,6%**
TOTAL GERAL	**11.255**	**12.266**	**-8,2%**

Notas: [1] KD *(Knock Down)* = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

4.2 Produção
Em 2021, a produção consolidada da Marcopolo totalizou 11.230 unidades, 8,8% inferior às 12.309 fabricadas no exercício de 2020. Desse total, 78,2% foram produzidas no Brasil e as demais 21,8% no exterior. Os dados sobre a produção mundial da Marcopolo são apresentados nos quadros que seguem:

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA

OPERAÇÕES (em unidades)	2021	2020	Var. %
BRASIL [1]			
- Mercado Interno	7.308	8.934	-18,2%
- Mercado Externo	1.859	2.287	-18,7%
SUBTOTAL	**9.167**	**11.221**	-18,3%
Eliminações KD's exportados [2]	388	447	-13,2%
TOTAL NO BRASIL	**8.779**	**10.774**	-18,5%
EXTERIOR			
- África do Sul	240	170	41,2%
- Austrália	275	375	-26,7%
- China	30	34	-11,8%
- México	1.063	724	46,8%
- Argentina	843	232	263,4%
TOTAL NO EXTERIOR	**2.451**	**1.535**	**59,7%**
TOTAL GERAL	**11.230**	**12.309**	**-8,8%**

Notas: [1] Inclui a produção do modelo Volare; [2] KD *(Knock Down)* = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA POR MODELO

PRODUTOS/MERCADOS (em unidades)	2021			2020		
	MI	ME [1]	TOTAL	MI	ME [2]	TOTAL
Rodoviários	1.717	653	**2.370**	1.591	627	**2.218**
Urbanos	1.429	3.334	**4.763**	3.221	2.506	**5.727**
Micros	963	124	**1.087**	1.871	80	**1.951**
SUBTOTAL	**4.109**	**4.111**	**8.220**	**6.683**	**3.213**	**9.896**
Volares [1]	3.199	199	**3.398**	2.251	162	**2.413**
PRODUÇÃO TOTAL	**7.308**	**4.310**	**11.618**	**8.934**	**3.375**	**12.309**

Notas: [1] MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; [2] Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas em KD (carrocerias parcial ou totalmente desmontadas); [3] A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, ou da produção do setor.

MARCOPOLO - PRODUÇÃO NO BRASIL

PRODUTOS/MERCADOS (em unidades)	2021			2020		
	MI	ME [1]	TOTAL	MI	ME [2]	TOTAL
Rodoviários	1.717	550	**2.267**	1.591	498	**2.089**
Urbanos	1.429	988	**2.417**	3.221	1.550	**4.771**
Micros	963	122	**1.085**	1.871	80	**1.951**
SUBTOTAL	**4.109**	**1.660**	**5.769**	**6.683**	**2.128**	**8.811**
Volares [3]	3.199	199	**3.398**	2.251	159	**2.410**
PRODUÇÃO TOTAL	**7.308**	**1.859**	**9.167**	**8.934**	**2.287**	**11.221**

Notas: [1] A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, ou da produção do setor.

4.3 Participação de Mercado
A Marcopolo manteve a liderança de mercado de carrocerias para ônibus, encerrando o ano com uma participação de 56,9%. O recuo na comparação anual é explicado pela ausência de entregas relevantes de ônibus urbanos direcionados ao Caminho da Escola e ao recuo nas exportações no segmento.
A tabela abaixo destaca a participação de mercado da Marcopolo na produção brasileira por linha de produto:

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)

PRODUTOS [1]	2017	2018	2019	2020	2021
Rodoviários	68,6	68,0	67,9	48,2	49,6
Urbanos	30,4	49,1	39,6	54,4	42,1
Micros e Volares	74,8	71,6	75,6	72,4	77,3
TOTAL	**53,7**	**61,1**	**55,1**	**58,7**	**56,9**

Fonte: FABUS e Marcopolo.
Nota: [1] Os modelos Volare foram computados como micro ônibus para efeito de participação no mercado.

5. RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida consolidada alcançou R$ 3.499,4 milhões em 2021, 2,5% inferior aos R$ 3.589,7 milhões do exercício de 2020. A menor receita reflete o impacto da pandemia de Covid-19 no mercado interno e nas exportações a partir do Brasil.
As vendas para o mercado interno geraram receitas de R$ 1.784,2 milhões ou 51,0% da receita líquida total (50,6% em 2020). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R$ 1.715,3 milhões ou 49,0% do total (49,4% em 2020).
As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo:

RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA POR PRODUTOS E MERCADOS (R$ milhões)

PRODUTOS/MERCADOS [1]	2021			2020		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Rodoviários	429,5	419,1	**848,6**	495,4	503,6	**999,0**
Urbanos	246,1	1.087,6	**1.333,7**	422,8	978,9	**1.401,7**
Micros	123,5	29,9	**153,4**	198,6	24,0	**222,6**
Subtotal carrocerias	**799,1**	**1.536,5**	**2.335,7**	**1.116,8**	**1.506,5**	**2.623,3**
Volares [2]	843,5	75,8	**919,4**	557,0	62,2	**619,2**
Chassi	1,3	22,6	**24,0**	7,4	107,6	**115,0**
Bco. Moneo	86,1	0,0	**86,1**	97,7	0,0	**97,7**
Peças e Outros	54,2	80,2	**134,4**	38,9	95,5	**134,5**
TOTAL GERAL	**1.784,2**	**1.715,3**	**3.499,4**	**1.817,8**	**1.771,9**	**3.589,7**

Notas: [1] MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; [2] A receita dos Volares inclui os chassis.
Do total da receita líquida consolidada de 2021, 66,7% originou-se das vendas de carrocerias (73,1% em 2020), 26,3% da comercialização de Volares (17,3% em 2020) e 7,0% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis (9,7% em 2020).

6. RESULTADO BRUTO E MARGENS

Em 2021, o lucro bruto totalizou R$ 356,2 milhões, representando 10,2% da receita líquida (16,6% em 2020). A piora da margem bruta é decorrente da queda das vendas pela deterioração do mercado interno e exportações por conta da segunda onda da pandemia, pela deterioração do *mix* de vendas, menos exposto ao mercado externo, pela menor utilização da capacidade instalada, pelos ajustes de quadro realizados ao longo dos 9M21, pelo ambiente competitivo mais difícil e pela inflação superior à prevista, afetando os custos de insumos e mão de obra.

7. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas somaram R$ 191,6 milhões em 2021 ou 5,5% da receita líquida, contra R$ 211,8 milhões, ou 6,0% da receita, em 2020. A redução, em termos absolutos e percentuais, reflete a menor exposição de vendas às exportações, que praticam comissões superiores àquelas do mercado interno, bem como os esforços de redução de custos empreendidos desde 2020.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 206,3 milhões em 2021 e R$ 183,4 milhões em 2020, representando 5,9% e 5,1% da receita líquida, respectivamente. O crescimento das despesas gerais e administrativas é explicado por custos com indenizações associados a ajustes de quadro realizados em 2021, por despesas com honorários advocatícios de ações judiciais exitosas e decorrentes de ações judiciais trabalhistas, bem como pelo acordo salarial da categoria, incidente a partir de julho de 2021.

9. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2021, foram contabilizados R$ 254,0 milhões como "Outras Receitas Operacionais" contra R$ 5,5 milhões de "Outras Receitas Operacionais" em 2020.
Os principais impactos positivos relativamente a discussões tributárias são representados por impacto positivo de R$ 182,0 milhões associado a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de honorários; por R$ 67,6 milhões referente a não incidência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização monetária de indébitos tributários, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal; e por, R$ 40,7 milhões referente a êxito em ação judicial que discutia a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária atrelada a aplicações financeiras. A Companhia também reconheceu impacto positivo de R$ 29,7 milhões referente à alienação do imóvel da sua controlada Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. ("Marcopolo Rio"), localizado em Duque de Caxias, RJ, que se encontrava em inatividade e disponível para venda desde 30 de outubro de 2020.
Quanto a "Outras Despesas Operacionais", a Companhia contabilizou provisões relativas a despesas tributárias (R$ 12,1 milhões) e realizou *impairment* de imóvel a venda localizado em Três Rios, RJ (R$ 5,5 milhões). A Companhia também realizou provisões para fazer frente a ações trabalhistas associadas aos ajustes de quadro realizados desde o 3T20. O número elevado de demissões gerou concentração de novos processos. A Companhia trabalha na reversão, total ou parcial, das provisões a partir do sucesso em sua defesa nos processos em comento, bem como pela mitigação de riscos trabalhistas futuros.

10. RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial em 2021 foi positivo em R$ 15,7 milhões, contra R$ 33,4 milhões negativos em 2020. Os principais impactos positivos da equivalência patrimonial se referem ao resultado da coligada colombiana Superpolo agregando R$ 9,8 milhões no ano, pela contribuição da argentina Loma Hermosa com R$ 3,4 milhões e pela operação da canadense NFI Group Inc., revertendo perdas de R$ 79,0 milhões em 2020 para resultado positivo de R$ 1,7 milhão em 2021.
O resultado da equivalência patrimonial é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras.

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2021 foi positivo em R$ 154,9 milhões, contra um resultado negativo de R$ 123,8 milhões em 2020.
O resultado financeiro foi beneficiado pelo reconhecimento da atualização monetária incidente sobre os valores em discussão nos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, contribuindo positivamente com R$ 166,2 milhões, bem como por reflexo positivo de R$ 22,0 milhões relativamente a não incidência de IRPJ e a CSLL sobre a atualização monetária de indébitos tributários e em R$ 19,9 milhões pelo reconhecimento de êxito em ação judicial que discutia a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária atrelada a aplicações financeiras.
A abertura do resultado financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa nº 28 às Demonstrações Financeiras.

12. EBITDA

O *EBITDA* alcançou R$ 333,5 milhões em 2021, com margem de 9,5%, contra R$ 268,5 milhões e margem de 7,5% em 2020.
A melhora do *EBITDA* é explicada pelos efeitos positivos relativos às "Outras Receitas Operacionais" que contribuíram com R$ 254,0 milhões. Os resultados da Companhia seguiram impactados pela pandemia, a partir da queda de volumes e receita, levando à desalavancagem operacional e ajustes de estrutura.
A tabela abaixo destaca as contas que compõem o *EBITDA*:

(R$ milhões)	2021	2020
Resultado antes de IR e CS	382,9	48,7
Receitas Financeiras	-499,8	-489,6
Despesas Financeiras	344,9	613,4
Depreciações/Amortizações	105,5	96,0
EBITDA	**333,5**	**268,5**

13. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2021 atingiu R$ 358,4 milhões, com margem líquida de 10,2%. Os resultados da Companhia foram impactos pela pandemia, com reflexos em volumes e repercussão em seus principais mercados. Os efeitos sobre os resultados no ano foram detalhados nos itens acima.

14. ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento financeiro líquido totalizava R$ 923,2 milhões em 31.12.2021 (R$ 919,3 milhões em 31.12.2020). Desse total, R$ 464,1 milhões eram provenientes do segmento financeiro (Banco Moneo) e R$ 459,1 milhões do segmento industrial.
Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades industriais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 31 às Demonstrações Financeiras.
Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,4 vezes o *EBITDA* dos últimos 12 meses.

15. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2021, as atividades operacionais geraram recursos de R$ 188,3 milhões. As atividades de investimento, beneficiada pela alienação do imóvel da Marcopolo Rio e deduzidos os dividendos recebidos de empresas coligadas, demandaram R$ 32,8 milhões, enquanto as atividades de financiamento acrescentaram R$ 126,4 milhões.
Como resultado, o saldo inicial de caixa de R$ 1.111,5 milhões, considerando as aplicações financeiras não disponíveis e somando-se R$ 5,3 milhões relativo à diferença entre a variação cambial e a variação das contas relativas às aplicações financeiras não disponíveis, elevou-se para R$ 1.398,7 milhões ao final do ano.
A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa 32 às Demonstrações Financeiras.

16. DESEMPENHO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS

16.1 Controladas no exterior
Em 2021, as unidades controladas no exterior produziram 2.451 unidades, 59,7% superior à produção de 2020 (1.535 unidades).
Abaixo estão descritos os principais destaques das controladas no exterior:
MARCOPOLO SOUTH AFRICA (MASA) - Em 2021, a MASA, localizada em Johanesburgo, produziu 240 unidades, aumento de 41,2% em relação à produção de 2020. Após reestruturação da estrutura de gestão, a controlada reverteu o prejuízo de R$ 4,9 milhões em 2020 para R$ 1,2 milhão positivos em 2021. A Companhia mostrou melhora também em seus indicadores operacionais e participação de mercado.
MARCOPOLO ARGENTINA (METALSUR) - Em 2021, a operação argentina da Metalsur, localizada em Rosario, produziu 843 unidades, avanço de 263,4% em relação à produção de 2020. A reação do mercado de urbanos, após período de baixa demanda iniciado em 2018, permitiu a melhora dos resultados da controlada. A partir do 4T21, o mercado de rodoviários também esboçou recuperação, com a retomada do turismo e linhas de longa distância.
MARCOPOLO AUSTRÁLIA (VOLGREN) - Sediada em Melbourne, Austrália, a Volgren produziu 240 unidades em 2021, 26,7% menos que em 2020. O difícil cenário de demanda, impactada pela segunda onda da pandemia e por novos lockdowns, afetaram a performance da controlada. A operação segue colhendo os frutos das reduções de despesas e ganhos de eficiência, reduzindo os impactos da deterioração do mercado. No 3T21, a operação obteve conquista importante para o fornecimento de 341 unidades em Melbourne nos próximos anos, o que deve ajudar a Volgren a alavancar resultados em 2022.
MARCOPOLO CHINA (MAC) - A MAC conta com uma área de *sourcing*, produção de peças, componentes e carrocerias de ônibus, bem como de produção de ônibus em PKD para a exportação. A unidade, que não vende para o mercado interno chinês e exporta para países da Ásia, África e Oceania, sofreu com novas restrições aplicadas aos seus principais mercados. A operação passa por uma profunda reestruturação de gestão e processos, mostrando recuperação de vendas já no final de 2021.
MARCOPOLO MÉXICO (POLOMEX) - Localizada em Monterrey, México, a Polomex produziu 1.063 unidades em 2021, 46,8% superior a 2020. As vendas se concentraram em ônibus de menor valor agregado, especialmente urbanos. O segmento de rodoviários seguiu impactado pela pandemia, com forte reflexo negativo em vendas.
16.2 Coligadas no exterior
SUPERPOLO - Localizada na Colômbia, a Superpolo sustentou bons resultados mesmo com a retração de volumes após o fim das entregas direcionadas à Transmillenium (-27,0% em relação a 2020), apurando equivalência patrimonial de R$ 9,8 milhões. A produção de ônibus elétricos foi o destaque no ano, ajudando na manutenção de margens.
NFI GROUP INC. - A NFI Group Inc., empresa na qual a Marcopolo possui participação acionária de 9,3%, é a principal fabricante de ônibus urbanos e rodoviários nos Estados Unidos e Canadá. Sediada em Winnipeg, Canadá, a companhia é líder em tecnologia e oferece a mais ampla linha de produtos. Os resultados da New Flyer beneficiaram a equivalência patrimonial em R$ 1,7 milhão (contra R$ 79,0 milhões negativos em 2020).
16.3 Banco Moneo
As atividades do Banco Moneo S.A. se iniciaram em julho de 2005 com a finalidade de financiar os produtos da Marcopolo. O banco está autorizado a atuar nas carteiras de arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento. Em 2021, o banco apresentou lucro líquido de R$ 8,3 milhões. O Banco manteve a política de priorizar a qualidade da sua carteira de crédito, por meio de um rigoroso sistema de avaliação e aprovação, o que a beneficiou no período de incertezas associado à pandemia.

17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marcopolo procura adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, seguindo os princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa e suas ações estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 desde 2002. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.
A gestão da Marcopolo é formalizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria. O Conselho de Administração é constituído por sete membros, dos quais seis são independentes, sendo dois eleitos por acionistas minoritários, um por acionistas detentores de ações preferenciais e outros três pelos acionistas controladores.
O Presidente do Conselho de Administração não participa da Diretoria. Além disso, para auxiliar, opinar e apoiar na condução dos negócios, o Conselho de Administração conta com os seguintes Comitês: (i) Auditoria e Riscos; (ii) Recursos Humanos e Ética; (iii) Estratégia e Inovação; e, (iv) Compliance. As funções de cada um desses Comitês de apoio podem ser encontradas no site da Companhia, ri.marcopolo.com.br, no menu Governança Corporativa/Regimento Interno dos Comitês. A formação e o histórico profissional de cada um dos membros que compõe o Conselho de Administração estão disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, contando com especialistas financeiros, em gestão de pessoas e setorial, entre outros. Adicionalmente, o Conselho de Administração também acolhe a diversidade e complementariedade de competências.
A Companhia conta também com um Conselho Fiscal, composto de três membros, um indicado pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e um pelos acionistas controladores. As competências de cada órgão estão definidas no Estatuto Social da Companhia.
A Companhia dispensa tratamento justo e igualitário a todos os minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*). Na divulgação de informações, utiliza elevados padrões de transparência, buscando estabelecer um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. Em 2021, a Companhia realizou reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), no formato virtual, participou de diversas conferências também virtualmente e manteve seu atendimento a analistas e investidores. O *website* da área de Relações com Investidores da Marcopolo (ri.marcopolo.com.br) possui conteúdo atualizado para atender ao público investidor.

18. PRÁTICAS DE COMPLIANCE

A Marcopolo, em complemento às boas práticas de governança e gestão de riscos, implementou em 2014 a área de Compliance, cuja estrutura contempla um Comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, denominado Comitê de Compliance, que é formado pelo presidente e pelo vice-presidente do Conselho de Administração, pelos diretores estatutários, pelo Compliance Officer (CCO) e por um representante dos acionistas controladores. O CCO participa de todas as reuniões de diretoria, onde zela pelo cumprimento das diretrizes de Compliance em todos os temas conduzidos pela alta gestão da organização. A estrutura de Compliance contempla ainda uma analista sênior de compliance e agentes internos.
A Companhia possui desde 2005 um Código de Conduta aprovado e revisado periodicamente pelo Conselho de Administração. No Código de Conduta estão definidos os valores da Companhia, que são o respeito e valorização das pessoas, a ética e integridade, a sustentabilidade, o fazer acontecer com excelência, a satisfação dos clientes, e o trabalho em equipe. 100% dos colaboradores são treinados e recebem cópia do material. Em complemento ao Código de Conduta, a Companhia também possui uma Política Global de Integridade, onde constam todos os valores éticos que devem ser observados. Além de periodicamente serem realizados treinamentos específicos, conforme demanda e elaboração de documentos com foco na mitigação de riscos, tais como a política de contingências e a política de consequências divulgados em 2021, está disponível a todos os colaboradores e *stakeholders* o Contato Seguro Marcopolo, canal exclusivo para denúncias de práticas que estejam em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis.
Os treinamentos relativos aos Valores da Companhia, Código de Conduta e Política Global de Integridade podem ser acessados por todos os colaboradores via plataforma digital na Universidade Marcopolo. A área de Compliance também atua no acompanhamento do cumprimento das diretrizes de Compliance nas diversas áreas da Companhia, realiza *due diligence* de integridade em parceiros e terceiros, dentre outras práticas. Em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira, com o suporte de uma consultoria externa, a Companhia trabalha na adequação à nova legislação, já tendo indicado responsável pela adequação à norma e pela interlocução com as autoridades fiscalizatórias.

19. AUDITORES INDEPENDENTES

19.1 Troca de Auditores Independentes
Em 2022, a Companhia deverá realizar rodízio de seus auditores, substituindo a atual firma PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
19.2 Instrução CVM 381/03
Em atendimento à Instrução CVM 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, a Marcopolo declara não possuir outros contratos com seus Auditores Independentes que não relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia.

20. MERCADO DE CAPITAIS

20.1 Capital Social
Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R$ 1.334.052.461,60, dividido em 946.892.882 ações, sendo 341.625.744 ações ordinárias (36,1%) e 605.267.138 (63,9%) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
20.2 Desempenho das Ações da Marcopolo na B3
Em 2021, transações com ações da Marcopolo movimentaram R$ 4.853,6 milhões. A participação de investidores estrangeiros no capital social da Marcopolo totalizava, em 31 de dezembro, 37,9% das ações preferenciais e 25,0% do capital social total. No fim do período, a Companhia possuía 80.319 acionistas.
A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores relacionados ao mercado de capitais:

INDICADORES	2021	2020
Valor transacionado (R$ milhões)	4.853,6	8.067,8
Valor de mercado (R$ milhões) [1][2]	2.888,0	2.717,6
Ações existentes	946.892.882	946.892.882
Valor patrimonial por ação (R$)	3,07	2,70
Cotação POMO4 no final do período	3,05	2,87

Notas: [1] Cotação da última transação do período da ação Preferencial (POMO4), multiplicado pelo total das ações (ordinárias e preferenciais) existentes no mesmo período. [2] Desse total 7.057.813 ações preferenciais encontravam-se em tesouraria em 31.12.2021.

21. DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O valor total proposto para pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, imputado aos dividendos referentes ao exercício de 2021 totaliza R$ 100,6 milhões ou R$ 0,107 por ação. O valor total distribuído equivale a 29,3% do lucro líquido atribuível ao resultado em 2021 e representa um *yield* (dividendo por ação/cotação da ação preferencial ao final do exercício) de 3,1%.

22. INVESTIMENTOS/IMOBILIZAÇÕES

Em 2021, a Marcopolo investiu R$ 104,0 milhões, dos quais R$ 75,1 milhões foram despendidos na controladora e aplicados da seguinte forma: R$ 56,7 milhões em máquinas e equipamentos, R$ 11,1 milhões em prédios e benfeitorias, R$ 6,8 milhões em equipamentos de informática e *softwares* e R$ 0,5 milhão em outras imobilizações. Nas controladas, foram investidos R$ 28,9 milhões sendo R$ 11,4 milhões na Volare Veículos (São Mateus), R$ 8,0 milhões na Marcopolo Argentina, R$ 3,8 milhões na Marcopolo Austrália, R$ 2,4 milhões na San Marino, R$ 1,6 milhão na Marcopolo México, e R$ 1,7 milhão nas demais unidades.

23. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com a busca constante das melhores práticas em *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), a Marcopolo visa o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus colaboradores e de suas famílias, e da sociedade como um todo. O Sistema Marcopolo de Produção Solidária - SIMPS, que integra o Marcopolo Way, aplica os princípios e fundamentos da filosofia LEAN sob a forma de métodos, ferramentas e melhores práticas da organização a fim de otimizar o desempenho dos processos. Também apoia a gestão industrial na execução da estratégia da empresa para o crescimento, liderança de mercado, produtividade, qualidade, segurança dos colaboradores, melhoria do ambiente de trabalho e rentabilidade dos produtos e serviços. A Marcopolo permanece certificada nas normas internacionais de gestão ISO 14.001 - Meio Ambiente, ISO 9.001 - Qualidade e foi recomendada para a Certificação ISO 45001 - Saúde e Segurança em substituição à antiga OHSAS 18001.
23.1 Responsabilidade Social
A Marcopolo e seus colaboradores através da Fundação Marcopolo desenvolvem projetos de responsabilidade social. Fundada em 1998, a Fundação Marcopolo é uma organização sem fins lucrativos que atua em dois pilares estratégicos: educação e qualidade de vida. As ações contemplam diferentes frentes de atuação para que crianças, adolescentes e famílias inteiras se beneficiem com atividades coordenadas para o desenvolvimento social e educacional.
O estímulo ao desenvolvimento socio-pedagógico de crianças e adolescentes é um dos pilares de atuação da Fundação Marcopolo. Para concretizar esse objetivo, a entidade estimulou, por meio de atividades nas escolas, o acesso à cultura, bem como o fortalecimento do conhecimento e da conscientização sobre cidadania. Como reforço ao papel educativo, a instituição investiu no preparo de professores, pais e alunos para um ambiente de ensino inovador e enriquecedor. Com o Projeto Escolas foi apresentada uma série de iniciativas, como atividades pedagógicas, dança e música, que contribuíram com o desenvolvimento de competências e habilidades de cada grupo, com foco na promoção e na ampliação do conhecimento, na transformação comportamental e contribuindo, inclusive, com a capacitação profissional para o mercado de trabalho.
Os desafios impostos pela pandemia trouxeram adversidades para as comunidades atendidas. A Fundação Marcopolo amenizou esses impactos por meio de atividades proativas às famílias, crianças e adolescentes, principalmente com doações de alimentos, roupas e itens de higiene pessoal, que garantiram condições de alimentação digna e acesso a produtos de primeira necessidade.
Em uma das principais ações culturais do Estado do Rio Grande do Sul, a Fundação Marcopolo reforçou seu compromisso com a cidadania, por meio da apresentação do Edital Criação e Formação - Diversidade das Culturas. O resultado foi a implementação de mais de 590 projetos selecionados, com 90% das ações focadas em iniciativas de inclusão social e de diversidade, além de 10 mil postos diretos e indiretos de trabalho gerados.
23.2 Satisfação dos Colaboradores
A Marcopolo monitora a satisfação de seus colaboradores por meio de pesquisas periódicas. Em 2020 foram realizadas duas edições de pesquisa pulse para acompanhamento das ações de prevenção ao coronavírus e seus impactos nos colaboradores e no ambiente organizacional. Os resultados foram utilizados para subsidiar melhorias nos procedimentos relativos à Covid-19 e também em pontos específicos de gestão e processos internos. Em função da continuidade da pandemia, a pesquisa censo prevista para 2021 foi adiada, estando prevista para o último trimestre de 2022.
A Companhia mantém canais de ouvidoria para receber e tratar as demandas de colaboradores relacionadas aos diversos assuntos que afetam sua vida na empresa, além de Comitês de Conduta e de Compliance para avaliar situações que estejam em conflito com o Código de Conduta e com a Política de Compliance da organização.
23.3 Educação e Treinamento
A Marcopolo mantém programas permanentes para a capacitação de seus colaboradores. Em 2021, foram realizadas 236.904 horas de treinamento, com uma média de 40 horas por colaborador/ano. A Universidade Marcopolo oferece aos colaboradores a participação em treinamentos no formato online. Atualmente, a Universidade tem mais de 60 títulos de conteúdo em trilhas específicas de preparação para a carreira, com uma média mensal de 8.500 acessos. A empresa também oportuniza aos gestores diversos programas de capacitação e desenvolvimento de competências de gestão.

continua

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:24:25 -03'00'

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

—☆ continuação

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Já a Escola de Formação Profissional Marcopolo (EFPM) formou 91 aprendizes no curso de Montador de Veículos Automotores, tendo selecionado mais 50 jovens para o período de 2022/2023. O curso é realizado em parceria com o SENAI e a Fundação de Assistência Social (FAS). A EFPM tem como um de seus principais objetivos a preparação de profissionais para a inserção no mercado de trabalho e também o primeiro emprego remunerado.
Desde 1981, a Marcopolo mantém um Programa de Incentivo à Educação, com a concessão de bolsas de estudo para colaboradores aprovados em processo de seleção. A empresa proporciona também acesso facilitado a programas de qualificação para comunicação nos idiomas inglês e espanhol.

23.4 Qualidade de Vida

Os programas de qualidade de vida destinados aos colaboradores e suas famílias são coordenados principalmente pela Fundação Marcopolo, incluindo atividades de educação, lazer, cultura e esportes. As unidades em Caxias do Sul contam com estrutura própria, como locais para eventos, quadras e quiosques. Além disto, a área de Saúde oferece outros programas de prevenção e de bem-estar extensivos aos familiares.

23.5 Meio Ambiente

A proteção do meio ambiente é compromisso permanente da Marcopolo, declarado na sua Política de Gestão do Negócio. De forma sustentável e equilibrada, são estabelecidos os controles necessários para minimizar os impactos decorrentes das atividades em conformidade com a legislação aplicável e com a busca contínua das melhores práticas. Todas as unidades da Marcopolo no Brasil estão certificadas na ISO 14.001 - Sistema de Gestão Ambiental.
Em 2021, a Companhia definiu indicadores para demonstrar o seu desempenho ambiental em relação ao consumo de água, consumo de energia, geração de resíduos sólidos. Esses dados estão sendo monitorados de forma sistêmica a fim de gerar informações confiáveis para a definição de metas de redução. Também em 2021 foi realizado o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa utilizando como base os dados de 2019 e 2020.

23.6 Remuneração

A remuneração dos colaboradores é composta de uma parte fixa, vinculada às competências e habilidades e níveis de senioridade, e uma parte variável, resultante do atingimento das metas do Programa de Participação nos Resultados. Periodicamente, são realizadas pesquisas salariais que permitem avaliar se os valores pagos aos colaboradores estão dentro dos padrões compatíveis, permitindo que a empresa mantenha a competitividade no mercado de trabalho.

23.7 Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Regulamento do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos anos de 2006, 2007, 2011, 2012 e 2013. O plano, cujos participantes são os executivos da Companhia e de suas controladas (exceto diretores controladores), tem como principais objetivos: (i) alinhar os interesses dos participantes aos dos acionistas; (ii) comprometer os participantes com os resultados de curto, médio e longo prazos da empresa; (iii) incentivar e estimular o sentimento de propriedade; e (iv) atrair e reter talentos. O Plano é monitorado pelo Comitê de RH e Ética e aprovado pelo Conselho de Administração.
A empresa também possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas por Performance, proposto pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015 e aprovado pela Assembleia Geral em 26 de março de 2015. O plano tem por objetivo compor o pacote de remuneração dos principais executivos da companhia, comprometer os participantes com os resultados de longo prazo, a competitividade com o mercado, atrair e reter os melhores profissionais e alinhar os interesses dos executivos e acionistas.

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante global anual da remuneração fixa é estabelecido pela Assembleia Geral e distribuído entre os administradores pelo Conselho de Administração. A maior remuneração anual individual do Conselho de Administração somou R$ 2.028,1 mil em 2021, a remuneração média foi de R$ 809,7 mil e a menor foi de R$ 520,0 mil. Na diretoria estatutária, a maior remuneração individual foi de R$ 5.495,3 mil em 2021, a média foi de R$ 4.295,5 mil e a menor foi de R$ 3.095,7 mil. No Conselho Fiscal, a maior remuneração individual foi de R$ 278,1 mil em 2021, a média foi de R$ 238,9 mil e a menor foi de R$ 219,3 mil.

25. QUADRO DE PESSOAL

Nº COLABORADORES	2021	2020	2019	2018	2017
Controladora	4.979	5.615	6.606	7.410	6.255
Controladas no Brasil	2.291	2.462	3.134	2.826	2.057
Controladas no Exterior	1.640	1.524	1.595	1.739	1.645
Coligadas	772	521	2.852	3.579	2.403
TOTAL	**9.682**	**10.123**	**14.187**	**15.554**	**12.360**

Notas: Colaboradores das coligadas considerados na proporção da participação societária.

26. PERSPECTIVAS PARA 2022

Após 2021 ter frustrado as expectativas de recuperação de volumes, com o impacto de novas ondas da pandemia, a consolidação da vacinação no Brasil e a menor letalidade da nova variante da Covid-19, permitem à Companhia projetar crescimento de vendas e melhora do cenário de mercado para 2022. O retorno à normalidade com a convivência com novas cepas vem permitindo a retomada gradual do turismo, das viagens de longa distância e do transporte público urbano e escolar, setores especialmente afetados pela queda de passageiros.
Mesmo com o aumento do número de casos, a Ômicron não foi capaz de paralisar o mercado de ônibus com a força vista nas variantes anteriores, e clientes seguem manifestando interesse de compra, indicando volumes crescentes. A Companhia não realizou as habituais férias coletivas que normalmente suspendem as atividades entre o fim de dezembro e início de janeiro do ano subsequente. Nesse princípio de 2022, o maior desafio é a baixa disponibilidade de componentes para finalização dos ônibus, com faltas de chassis, *headunits* e monitores impactando entregas.
O mercado de rodoviários, após dois anos de restrições, ensaia gradual recuperação a partir da mudança do *mix* de vendas. Rodoviários pesados, utilizados para viagens de longa distância e turismo, voltam a aparecer com mais frequência na carteira de pedidos. O sucesso no lançamento da Geração 8 (G8) segue fomentando vendas e novos modelos da família serão lançados ao longo de 2022. O setor de fretamento continua representando os maiores volumes no segmento por enquanto, mas a expectativa é de inversão, cedendo lugar aos rodoviários pesados frente ao recuo da Covid-19.
Nos urbanos, a criação ou ampliação de subsídios ao transporte público pelas municipalidades vêm incentivando o interesse dos clientes em renovações. A atualização de custos associados ao transporte por aplicativos frente às tarifas de ônibus, mais competitivas, vem gerando um fluxo maior de usuários e a necessidade de complementação de linhas. O segmento também será beneficiado pelas entregas do programa Caminho da Escola.
O segmento de micros e Volares continuará apresentando boa performance, com incremento de volumes com o retorno do turismo e com a reabertura de escolas e universidades, setor paralisado pela pandemia. Vendas ao poder público e as entregas ao programa federal Caminho da Escola ajudarão o segmento.
Em 2021, a Companhia entregou 1.558 unidades para o programa Caminho da Escola, destes 517 micros, 259 urbanos e 782 modelos Volare (versus um total de 3.472 unidades em 2020). No 4T21, foram entregues 399 (201 urbanos e 198 Volares) das 3.900 unidades (2.500 urbanos e 1.400 Volares) relativas à licitação de 2021 vencidas pela Companhia, restando mais 3.501 unidades para entrega em 2022. Um novo edital foi publicado em 25 de janeiro para realização de pregão em 09.02.2022 para compra de 3.850 veículos adicionais. O pregão encontra-se suspenso e sua retomada é aguardada a qualquer momento.
As exportações foram especialmente afetadas em 2021 na comparação com o excelente desempenho de 2020. As perspectivas projetam recuperação em 2022, como reflexo do enfraquecimento da pandemia e maturação de pacotes com volumes relevantes - inclusive de ônibus elétricos. A venda de rodoviários pesados deverá ser reforçada com maiores volumes de G8. Entregas para a renovação da frota para a cidade de Santiago e novas compras por parte de países africanos serão destaques positivos em 2022.
As operações internacionais também deverão apresentar melhora da performance em 2022, com o arrefecimento da pandemia nos mais diversos mercados. A Marcopolo México (Polomex) projeta a retomada dos rodoviários, com recuperação de *market share* no segmento a partir do lançamento do G8 naquele mercado. A perspectiva de curto prazo, porém, permanece desafiadora com o *mix* focado em veículos leves. A Marcopolo Austrália (Volgren) deverá se beneficiar dos resultados recentes de licitações de urbanos e da retomada do mercado paralisado durante a pandemia, aproveitando sinergias pelo ganho de escala em custos e eficiência fabril, após a reestruturação da operação. A unidade segue se destacando em modais alternativos de energia. A Marcopolo Argentina (Metalsur) buscará traduzir os excelentes volumes de urbanos que vem sendo entregues desde a metade de 2021 em resultados consistentes. Sinais de recuperação do segmento rodoviário também suportam vendas em 2022. A Marcopolo África do Sul (MASA), após um 2021 marcado pela recuperação de resultados, projeta um ano positivo a partir do crescimento de volumes no período pós pandemia. A Marcopolo China (MAC) experimentou uma reestruturação de suas operações em 2021 e prospecta vendas relevantes em 2022, com recuperação de volumes já nesse início de ano. O desafio é superar as restrições de mobilidade que ainda afetam os mercados próximos. A unidade segue explorando oportunidades de exportação a partir do país.
Entre as coligadas, a colombiana Superpolo deverá manter bons resultados a partir da recuperação do mercado de ônibus no país, também bastante afetado pela pandemia. A canadense NFI também deverá reportar resultados crescentes, após a recuperação de 2021, com o crescimento dos mercados da América do Norte calcado na aceitação do endemismo da Covid-19 e suas variantes ao longo de 2022.
Em 2021, a Marcopolo realizou novos ajustes relevantes à sua estrutura, com cortes ainda mais profundos de despesas, cautela adicional na realização de investimentos e início do aproveitamento das adequações promovidas em 2020. O evento externo mais relevante é representado pela alienação do imóvel da Marcopolo Rio, cujos custos foram reconhecidos em 2020, mas que beneficiaram o resultado não apenas pelo montante obtido na venda, mas também pelos ganhos de eficiência e redução de custos relacionados. Com o crescimento de volumes esperado para 2022, a maturação desses benefícios será ainda mais evidente, com maior diluição de custos fixos e melhor utilização da capacidade fabril - inclusive com reativação de turnos.
Esforços de contenção de despesas e racionalização da estrutura serão preservados em 2022. A manutenção da inflação em patamares ainda elevados pede cautela e impõe um desafio permanente quanto aos repasses de custos, em um mercado ainda relutante. Olhando a frente, a Companhia segue perseguindo suas metas estratégicas de retornar às margens e rentabilidade desejadas.
Mesmo durante o difícil ano de 2021, a Marcopolo realizou investimentos relevantes, com grande destaque para o lançamento da nova geração de produtos rodoviários G8. Protótipos de ônibus elétricos montados integralmente pela Marcopolo já rodam o Brasil, mostrando a força e capacidade da engenharia brasileira. Em 2022, a Companhia seguirá apresentando novos produtos, não apenas como referência no mercado mundial de carrocerias para ônibus, mas também explorando novos horizontes.
Após dois anos de mercado deprimido, a Marcopolo está ajustada, pronta para crescer. O recuo da pandemia, boas perspectivas para compras públicas, investimentos estimulados pela troca de motorização pela transição da nova fase do Proconve, o início de um novo ciclo com propulsões alternativas permitem projetar um ano de recuperação. Seguimos protagonistas, liderando a evolução da mobilidade por meio de inovações como carrocerias adaptadas para padrões menos poluentes de propulsão, novos ônibus elétricos, veículos para o transporte sobre trilhos, uma nova família de ônibus rodoviários com maior conforto e tecnologia embarcados. A Marcopolo se renova para fazer aquilo que sabe fazer de melhor: aproximar pessoas.

27. AGRADECIMENTOS

A Marcopolo sente-se honrada e agradece aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais, comunidade e, em especial, aos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados.

Caxias do Sul, 24 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	817.438	626.682	1.322.975	1.040.931
Instrumentos financeiros derivativos	5 e 7	131	1.187	683	2.641
Contas a receber de clientes	8	267.520	387.514	657.575	970.452
Estoques	9	356.599	215.087	987.614	748.411
Impostos e contribuições a recuperar	10	55.829	71.826	234.156	228.711
Outras contas a receber		146.769	124.502	164.184	179.906
		1.644.286	1.426.798	3.367.187	3.171.052
Não circulante					
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	7	106.539	69.295	75.061	67.961
Contas a receber de clientes	8	–	–	435.455	449.933
Impostos e contribuições a recuperar	10	387.018	4.288	508.092	4.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	152.826	103.240	220.910	164.725
Depósitos judiciais	18	41.163	44.468	67.131	66.670
Outras contas a receber		620	–	2.414	4.734
		688.166	221.291	1.309.063	758.936
Investimentos	11	2.281.651	2.130.406	560.123	489.312
Propriedade para investimento	12	6.240	6.477	48.004	89.361
Imobilizado	13	433.462	399.190	1.017.759	1.006.320
Intangível	14	9.026	7.733	352.388	345.930
		2.730.379	2.543.806	1.978.274	1.930.923
		3.418.545	2.765.097	3.287.337	2.689.859
Total do ativo		5.062.831	4.191.895	6.654.524	5.860.911

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores		181.980	153.788	459.049	358.825
Empréstimos e financiamentos	16	449.103	242.607	886.657	722.097
Instrumentos financeiros derivativos	5	920	3.708	921	5.723
Salários e férias a pagar		69.097	53.703	122.656	102.505
Impostos e contribuições a recolher		49.205	41.595	128.191	82.399
Adiantamentos de clientes		16.665	50.712	112.597	202.149
Representantes comissionados		16.014	33.801	22.575	45.737
Juros sobre capital próprio e dividendos		71.401	92	71.401	92
Participação dos administradores		3.981	3.608	3.981	3.608
Obrigações com arrendamento	17	1.819	1.169	19.661	18.371
Provisão garantias		34.381	37.839	64.388	63.827
Outras contas a pagar		47.796	31.851	133.963	112.975
		942.362	654.473	2.026.040	1.718.308
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	1.014.352	821.202	1.434.302	1.302.965
Provisão para perda em investimento	11	81.077	59.916	51.835	43.274
Provisão para contingências	18	90.802	74.663	121.567	97.478
Outras contas a pagar		–	–	253	13.887
Obrigações com arrendamento	17	4.902	5.018	39.965	52.597
Obrigação por conta de participação societária		24.331	24.406	24.331	24.406
		1.215.464	985.205	1.672.253	1.534.607
Total do passivo		2.157.826	1.639.678	3.698.293	3.252.915
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	21				
Capital social		1.334.052	1.334.052	1.334.052	1.334.052
Reservas de capital		2.644	3.268	2.644	3.268
Reservas de lucros		1.088.258	827.844	1.088.258	827.844
Ajustes de avaliação patrimonial		507.585	416.829	507.585	416.829
Ações em tesouraria		(27.534)	(29.776)	(27.534)	(29.776)
		2.905.005	2.552.217	2.905.005	2.552.217
Participação dos não controladores		–	–	51.226	55.779
		2.905.005	2.552.217	2.956.231	2.607.996
Total do passivo e patrimônio líquido		5.062.831	4.191.895	6.654.524	5.860.911

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Atribuível aos acionistas controladores

	Capital social	Reservas de capital: Ganho (perda) com alienação de ações próprias	Reservas de capital: Reservas de transações de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Para futuro aumento de capital	Reservas de lucros: Para pagamento de dividendos intermediários	Reservas de lucros: Para compra de ações próprias	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	1.334.052	(8.329)	12.019	72.345	–	448.209	133.406	133.406	8.779	207.646	(31.454)	–	2.310.079	48.333	2.358.412
Resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	103.863	103.863	(13.156)	90.707
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.287)	–	–	(4.287)	–	(4.287)
Variação cambial de investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	213.470	–	–	213.470	20.602	234.072
Total do resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	209.183	–	103.863	313.046	7.446	320.492
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Alienação de ações em tesouraria	–	(422)	–	–	–	–	–	–	–	–	1.678	–	1.256	–	1.256
Pagamento de dividendo adicional	–	–	–	–	–	(45.069)	–	–	(8.779)	–	–	–	(53.848)	–	(53.848)
Incentivos fiscais	–	–	–	–	151.174	(151.174)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações															
Reserva legal	–	–	–	3.856	–	–	–	–	–	–	–	(3.856)	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	26.744	–	–	–	–	–	–	(26.744)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	23.945	–	–	(23.945)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(18.316)	(18.316)	–	(18.316)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	31.002	–	–	–	–	–	(31.002)	–	–	–
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	(422)	–	3.856	177.918	(165.241)	–	–	15.166	–	1.678	(103.863)	(70.908)	–	(70.908)
Em 31 de dezembro de 2020	1.334.052	(8.751)	12.019	76.201	177.918	282.968	133.406	133.406	23.945	416.829	(29.776)	–	2.552.217	55.779	2.607.996

Atribuível aos acionistas controladores

	Capital social	Reservas de capital: Ganho (perda) com alienação de ações próprias	Reservas de capital: Reservas de transações de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Para futuro aumento de capital	Reservas de lucros: Para pagamento de dividendos intermediários	Reservas de lucros: Para compra de ações próprias	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	1.334.052	(8.751)	12.019	76.201	177.918	282.968	133.406	133.406	23.945	416.829	(29.776)	–	2.552.217	55.779	2.607.996
Resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	366.623	366.623	(8.251)	358.372
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.547)	–	–	(13.547)	–	(13.547)
Variação cambial de investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	104.303	–	–	104.303	3.698	108.001
Total do resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	90.756	–	366.623	457.379	(4.553)	452.826
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Alienação de ações em tesouraria	–	(624)	–	–	–	–	–	–	–	–	2.242	–	1.618	–	1.618
Pagamento de dividendo adicional	–	–	–	–	–	–	–	–	(23.945)	–	–	–	(23.945)	–	(23.945)
Incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações															
Reserva legal	–	–	–	17.319	–	–	–	–	–	–	–	(17.319)	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	20.247	–	–	–	–	–	–	(20.247)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	18.288	–	–	(18.288)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(82.264)	(82.264)	–	(82.264)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	228.505	–	–	–	–	–	(228.505)	–	–	–
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	(624)	–	17.319	20.247	228.505	–	–	(5.657)	–	2.242	(366.623)	(104.591)	–	(104.591)
Em 31 de dezembro de 2021	1.334.052	(9.375)	12.019	93.520	198.165	511.473	133.406	133.406	18.288	507.585	(27.534)	–	2.905.005	51.226	2.956.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações					
Receita líquida de vendas e serviços	26	1.303.125	1.642.963	3.499.439	3.589.662
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(1.203.100)	(1.266.379)	(3.133.084)	(2.937.590)
Custo de ociosidade	27	(6.952)	(19.339)	(10.131)	(56.483)
Lucro bruto		93.073	357.245	356.224	595.589
Despesas com vendas	27	(70.746)	(120.482)	(191.570)	(211.818)
Despesas administrativas	27	(97.783)	(87.136)	(206.291)	(183.406)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	185.375	(21.801)	253.995	5.507
Resultado de equivalência patrimonial	11	112.877	29.015	15.667	(33.410)
Lucro operacional		222.796	156.841	228.025	172.462
Receitas financeiras	28	384.137	341.179	499.805	489.602
Despesas financeiras	28	(256.450)	(458.507)	(344.933)	(613.372)
Resultado financeiro	28	127.687	(117.328)	154.872	(123.770)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		350.483	39.513	382.897	48.692
Imposto de renda e contribuição social	20				
Corrente		(33.446)	36.008	(80.090)	(869)
Diferido		49.586	28.342	55.565	42.884
Lucro líquido do exercício		366.623	103.863	358.372	90.707
Atribuível a:					
Acionistas controladores		366.623	103.863	366.623	103.863
Participação dos não controladores		–	–	(8.251)	(13.156)
		366.623	103.863	358.372	90.707
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas controladores durante o exercício (expresso em R$ por ação)					
Básico	30	0,39009	0,11057	0,39009	0,11057
Diluído	30	0,38719	0,10969	0,38719	0,10969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	366.623	103.863	358.372	90.707
Correção monetária por hiperinflação	(13.547)	(4.287)	(13.547)	(4.287)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	104.303	213.470	108.001	234.072
Resultado abrangente total	457.379	313.046	452.826	320.492
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	457.379	313.046	457.379	313.046
Participação dos não controladores	–	–	(4.553)	7.446
Resultado abrangente total	457.379	313.046	452.826	320.492

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		366.623	103.863	358.372	90.707
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	35.464	31.662	105.470	96.038
Ganho (perda) na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis		6.431	22.743	(53.562)	3.191
Equivalência patrimonial	11	(112.877)	(29.015)	(15.667)	33.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	7.259	4.798	39.112	16.904
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(16.140)	(64.350)	24.525	(42.015)
Juros e variações apropriados		80.098	190.082	126.509	255.767
Participações dos não controladores		–	–	(8.251)	(13.156)
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		112.735	(27.070)	285.892	(188.371)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(36.188)	80.463	(5.142)	81.207
(Aumento) redução nos estoques		(141.512)	(28.651)	(237.516)	(143.371)
(Aumento) redução em outras contas a receber		(435.901)	(143.265)	(546.570)	(195.876)
Aumento (redução) em fornecedores		28.192	(35.168)	100.759	(50.768)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		31.319	51.062	94.412	232.914
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(74.497)	157.154	268.343	176.581
Impostos sobre o lucro pagos		(33.446)	–	(80.090)	(869)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(107.943)	157.154	188.253	175.712
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos		(90.683)	6.793	–	–
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas		162.769	7.997	4.749	2.511
Adições de imobilizado	13	(71.523)	(95.165)	(100.081)	(130.378)
Adições de intangível	14	(3.625)	(2.732)	(3.923)	(3.962)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível		1.426	926	66.494	658
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(1.636)	(82.181)	(32.761)	(131.171)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria		1.618	1.256	1.618	1.256
Empréstimos tomados de terceiros		599.805	218.012	895.909	607.413
Pagamento de empréstimos - principal		(259.611)	(226.833)	(678.463)	(610.323)
Pagamento de empréstimos - juros		(24.938)	(15.248)	(76.127)	(49.191)
Pagamento dos juros sobre capital próprio e dividendos		(16.539)	(69.971)	(16.539)	(69.971)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		300.335	(92.784)	126.398	(120.816)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		–	–	154	42.584
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		190.756	(17.811)	282.044	(33.691)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		626.682	644.493	1.040.931	1.074.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		817.438	626.682	1.322.975	1.040.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Demonstrações do valor adicionado				
Receitas	**1.738.401**	**1.837.743**	**4.227.702**	**4.066.450**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.468.378	1.821.834	3.849.433	3.992.385
Outras receitas	277.282	20.707	417.381	90.969
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(7.259)	(4.798)	(39.112)	(16.904)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(1.266.293)**	**(1.367.255)**	**(3.467.851)**	**(2.957.963)**
Custos dos produtos e serviços prestados	(1.020.800)	(1.112.773)	(3.044.180)	(2.525.044)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(153.586)	(211.974)	(271.146)	(316.850)
Perda de valores ativos	(91.907)	(42.508)	(152.525)	(116.069)
Valor adicionado bruto	**472.108**	**470.488**	**759.851**	**1.108.487**
Depreciações e amortizações	(35.464)	(31.662)	(105.470)	(96.038)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**436.644**	**438.826**	**654.381**	**1.012.449**
Valor adicionado recebido em transferência	**497.014**	**370.194**	**515.472**	**456.192**
Resultado de equivalência patrimonial	112.877	29.015	15.667	(33.410)
Receitas financeiras	384.137	341.179	499.805	489.602
Valor adicionado total a distribuir	**933.658**	**809.020**	**1.169.853**	**1.468.641**
Distribuição do valor adicionado	**933.658**	**809.020**	**1.169.853**	**1.468.641**
Pessoal	337.874	311.002	530.842	707.167
Remuneração direta	249.859	199.581	400.864	524.874
Benefícios	54.878	65.105	87.377	120.584
FGTS	33.137	46.316	42.601	61.709
Impostos, taxas e contribuições	(32.956)	(70.550)	(73.211)	44.348
Federais	1.227	(71.525)	28.001	11.450
Estaduais	(35.547)	(501)	(103.114)	30.907
Municipais	1.364	1.476	1.902	1.991
Remuneração de capitais de terceiros	262.117	464.705	353.850	626.419
Despesas financeiras	256.450	458.507	344.933	613.372
Aluguéis	5.667	6.198	8.917	13.047
Lucros do exercício, juros sobre capital próprio e dividendos	366.623	103.863	358.372	90.707
Juros sobre o capital próprio e dividendos	82.264	42.261	82.264	42.261
Lucros retidos do exercício	284.359	61.602	276.108	48.446

(*) A demonstração do valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia"). A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades. A Marcopolo tem suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob as siglas "POMO3" e "POMO4" e está listada no segmento de governança corporativa nível 2.
2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.1 Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo conforme Nota 2.6. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.2 (a, ii) - Controladas; • Nota explicativa 2.2 (a, iv) - Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture - Joint operation*); • Nota explicativa 2.18 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro; • Nota explicativa 8 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota explicativa 14 (b) - Teste do ágio para verificação de *impairment*; • Nota explicativa 18 - Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; • Nota explicativa 20 - Impostos diferidos. **(d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC - 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **2.2 Base de consolidação: (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(i) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio *(goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11). **(iii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture - joint operation*):** Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto *(joint operation)* ou um empreendimento controlado em conjunto *(joint venture)*. Operação em conjunto *(joint operation)* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos, têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio; e reconhece os ativos, obrigações, receitas e despesas que lhe pertencem em decorrência das operações em conjunto. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do empreendimento e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. **(v) Perda de controle:** Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou valor justo através do resultado, dependendo do nível de influência retido. **(vi) Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(vii) Correção monetária por hiperinflação - IAS 29 (CPC 42):** Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação da IAS 29 (CPC 42) - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Metalsur, sua controlada em conjunto Loma e sua coligada Metalpar, sediadas na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária foram registrados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante negativo de R$ 13.547 (negativo de R$ 4.287 em 2020) e na demonstração do resultado consolidado no montante positivo de R$ 15.051 (R$ 2.664 em 2020) na rubrica de equivalência patrimonial. **2.3 Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").
A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Arcanjos Investimentos e Participações Ltda.	Arcanjos	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co. Ltd.	MBC	Renminbi	China
Marcopolo Australia Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Canada Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Middle East and Africa FZE	MP Middle East	Dirham	Emirados Árabes
Marcopolo Next Serviços em Mobilidade Ltda.	MP Next	Reais	Brasil
Marcopolo South Africa Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Marcopolo Argentina S.A.	MP Argentina	Peso Argentino	Argentina
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Neobus Chile SPA.	Neobus Chile	Peso Chileno	Chile
NewRoad Mexico S.A. de C.V.	NewRoad	Peso Mexicano	México
Polo Venture Participações Ltda.	Polo Venture	Reais	Brasil
Pologren Australia Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
Polomex S.A. de C.V.	MP México	Peso Mexicano	México
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de Mexico S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volgren Australia Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Controladas em conjunto	**Denominação**	**Moeda funcional**	**País**
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Coligadas	**Denominação**	**Moeda funcional**	**País**
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Novo Sol	Peru
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Americano	Canadá
Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A.	Valeo	Reais	Brasil
Valeo Thermal Commercial Vehicles Mexico, S.A. C.V.	Valeo México	Peso Mexicano	México
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

continua—☆

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:24:46 -03'00'

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Moeda estrangeira: (a) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • instrumentos financeiros (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado); • passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo; e • um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo. **(b) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. **2.6 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" - *Fair Value Through Profit or Loss*), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI" - *Fair Value through Other Comprehensive Income*) e ao custo amortizado. **2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **2.6.4 Recompra e reemissão de ações - Ações em Tesouraria:** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **2.6.5 Redução ao valor recuperável *impairment*: (a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.7 *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:*** Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras". **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. **2.9 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **2.10 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *Reclassificação para propriedade para investimento:* Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento. A Companhia mensura suas propriedades para investimento pelo método do custo, reconhecendo a depreciação pela sua vida útil. *Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	7-8
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.11 Ativos intangíveis e ágio: *(a) Ágio:*** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. ***(b) Marcas registradas e licenças:*** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. ***(c) Softwares:*** *As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até 5 anos.* Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; • o *software* pode ser vendido ou usado; • o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e • o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. ***(d) Pesquisa e desenvolvimento:*** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. ***(e) Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado. ***(f) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(g) Amortização:*** Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.12 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Determinação do ajuste a valor presente:** Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são: • Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e • Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber. **2.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.17 Provisão para garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia aplica a interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. ***(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferidos:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego:** A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço; (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado; (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção; (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.20 Capital social:** *Ações ordinárias:* São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. *Ações preferenciais:* São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **2.21 Reconhecimento da receita:** A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. ***(a) Venda de ônibus:*** O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente. ***(b) Serviços financeiros:*** Realizamos operações de intermediação financeira por meio da controlada Banco Moneo, tendo como objetivo principal a realização de financiamentos para a aquisição de bens e serviços, visando o atendimento dos clientes da Companhia. Esta receita é reconhecida pelo regime de competência e contabilizada em contas de receita, isso com base no método de taxa de juros efetiva e juros *pro rata* para operações vencidas até o 59º dia. Após decorridos 60 dias de atraso são mantidas em receitas a apropriar e reconhecidas no momento do recebimento dos valores. **2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica tanto os dividendos quanto os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: ***(a) Perda (impairment) estimada do ágio:*** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. ***(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:*** A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. ***(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:*** A área de análise de crédito da Companhia avalia e julga a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, as garantias oferecidas e as experiências passadas, revisitando periodicamente os saldos. ***(d) Contingências:*** A Companhia possui processos trabalhistas, cíveis e tributários e vem discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco: *(a) Risco de mercado:* (i) Risco cambial: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano. Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

Consolidado 2021	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	*Forwards*
Moedas				
Dirhams	313	306	–	–
Dólares americanos	170.354	12.396	980.705	106.610
Dólares australianos	28.439	30.187	161.324	–
Pesos argentinos	21.555	38.172	39.303	–
Pesos chilenos	–	2.215	–	–
Randes sul-africanos	21.222	11.470	5.332	–
Renminbis chineses	9.871	3.558	18.107	879
Pesos mexicanos	58.202	61.738	–	–
Euro	–	–	–	73
Dólar de Singapura	–	–	–	230
Franco Suíço	–	–	–	205
	309.956	160.042	1.204.771	107.997

Consolidado 2020	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	*Forwards*
Moedas				
Dirhams	431	943	–	–
Dólares americanos	243.565	12.481	752.842	266.466
Dólares australianos	71.172	31.859	166.185	9.065
Pesos argentinos	54.449	13.913	16.034	–
Pesos chilenos	–	1.828	–	–
Randes sul-africanos	14.690	3.576	9.069	7.430
Renminbis chineses	6.526	1.535	53.390	–
Pesos mexicanos	26.209	30.589	–	–
Euro	–	–	–	4.357
	417.042	96.724	997.520	287.318

(ii) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(iii) Risco de preço de vendas e compras:** Considerando-se que as exportações são equivalentes a 44,6% das receitas previstas para 2022, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração. De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 22% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços. ***(b) Risco de crédito:*** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 38.210 (controladora) e R$ 160.521 (consolidado) em 31 de dezembro de 2021 (R$ 37.354 e R$ 147.220 em 31 de dezembro de 2020) representativos de 12,5% e 12,8%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (8,8% e 9,4%, em 31 de dezembro de 2020), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito. ***(c) Risco de liquidez:*** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Consolidado 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual: Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.320.959	2.636.522	922.892	1.564.321	149.309
Obrigações com arrendamento	59.626	59.626	30.998	18.925	9.703
Fornecedores	459.049	459.049	459.049	–	–
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	921	921	921	–	–

Consolidado 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual: Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.025.062	2.244.671	753.561	1.300.813	190.297
Obrigações com arrendamento	70.968	70.968	36.696	21.415	12.857
Fornecedores	358.825	358.825	358.825	–	–
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	5.723	5.723	5.723	–	–

(d) Análise de sensibilidade: Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		11,25	14,06	16,88
TJLP - %		6,08	7,60	9,12
Taxa cambial - US$		5,60	7,00	8,40
Taxa cambial - Euro		6,30	7,88	9,45
LIBOR - %		0,33	0,42	0,51
Custo do ACC deságio - %		2,40	3,00	3,60
	Aplicações financeiras	115.311	144.123	172.928
	Relações interfinanceiras	104.515	114.762	125.010
	Empréstimos e financiamentos	(128.117)	(232.715)	(333.783)
	Forwards	(140)	17.008	34.642
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	690	48.729	96.769
	Ganho/(Perda)	92.259	91.907	95.566

4.2 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital. Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC *(Balanced Score Card)* que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC *(Weighted Average Cost Of Capital)*, Dívida líquida/EBITDA *(Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram: WACC - entre 8% e 12% a.a. Dívida Líquida/EBITDA - entre 0,90x e 2,50x, Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 15% e 80%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados (Nota 31):

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Segmento Industrial 2021	Segmento Industrial 2020	Segmento Financeiro (*) 2021	Segmento Financeiro (*) 2020
Total dos empréstimos	2.320.959	2.025.062	1.813.557	1.449.439	507.402	575.623
Instrumentos financeiros derivativos	921	5.723	921	5.723	–	–
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.322.975)	(1.040.931)	(1.279.679)	(989.248)	(43.296)	(51.683)
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(683)	(2.641)	(683)	(2.641)	–	–
Dívida líquida (A)	998.222	987.213	534.116	463.273	464.106	523.940
Total do patrimônio líquido (B)	2.956.231	2.607.996	2.722.650	2.380.060	233.581	227.936
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	34	38	20	19	199	230

(*) O Banco Moneo mantém um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar.

4.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment),* esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos para negociação	683	2.641
	683	2.641
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos para negociação	921	5.723
	921	5.723

4.4 Outros fatores de risco: A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: (i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos; (ii) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado; (iii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e (iv) Partes relacionadas - Representada por empréstimos de mútuo. **(c) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** (i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos. **(d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do ativo	Consolidado 2021 Valor patrimonial	2021 Valor de mercado	2020 Valor patrimonial	2020 Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	2.320.959	2.340.679	2.025.062	2.031.995

(ii) Fornecedores - Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(e) Instrumentos financeiros derivativos: O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward.* Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	Valor nocional 2021	Valor justo 2021	Valor justo 2020	Valores a receber 2021	Valores a receber 2020
Marcopolo					USD mil				
	VOTORANTIM	Compra	12.11.21	17.02.22	2.000	131	718	131	718
	BRADESCO	Venda	–	–	–	–	285	–	285
	SANTANDER	Venda	–	–	–	–	184	–	184
						131	1.187	131	1.187
Masa					USD mil				
	STD	Compra	29.10.21	28.02.22	874	171	20	171	20
						171	20	171	20
Ciferal					USD mil				
	BRADESCO	Venda	28.12.20	31.01.22	3.627	290	221	290	221
						290	221	290	221
San Marino					USD mil				
	BRADESCO	Venda	–	–	–	–	1.213	–	1.213
						–	1.213	–	1.213
MP Austrália					USD mil				
	WESTERN UNION	Compra	17.05.21	10.02.22	1.000	76	–	76	–
					CHF mil				
	WESTERN UNION	Compra	17.05.21	10.02.22	34	6	–	6	–
					SGD mil				
	WESTERN UNION	Compra	17.05.21	10.02.22	56	9	–	9	–
						91	–	91	–
						683	2.641	683	2.641

Passivos Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	Valor nocional 2020	Valor justo 2021	Valor justo 2020	Valores a pagar 2021	Valores a pagar 2020
Marcopolo					USD mil				
	PACTUAL	Compra	28.10.21	15.03.22	2.729	(444)	–	(444)	–
	SANTANDER	Compra	08.10.21	18.01.22	916	(19)	–	(19)	–
	BBA	Compra	–	–	–	–	(3.255)	–	(3.255)
	BRADESCO	Compra	20.10.21	15.02.22	3.550	(252)	(136)	(252)	(136)
	BRASIL	Compra	08.10.21	11.01.22	916	(15)	(101)	(15)	(101)
	FIBRA	Compra	08.10.21	10.02.22	2.257	(101)	(207)	(101)	(207)
	VOTORANTIM	Compra	17.11.21	22.03.22	2.237	(89)	(9)	(89)	(9)
						(920)	(3.708)	(920)	(3.708)
San Marino					USD mil				
	BRADESCO	–	–	–	–	–	(243)	–	(243)
						–	(243)	–	(243)
MP Austrália					USD mil				
	WESTERN UNION	Compra	–	–	–	–	(825)	–	(825)
					CHF mil				
	WESTERN UNION	Compra	–	–	–		(96)	–	(96)
					SGD mil				
	WESTERN UNION	Compra	–	–	–	–	(371)	–	(371)
					EUR mil				
	WESTERN UNION	Compra	17.05.21	10.02.22	15	(1)	(127)	(1)	(127)
						(1)	(1.419)	(1)	(1.419)
Masa					USD mil				
	STD	Compra	–	–	–	–	(353)	–	(353)
						–	(353)	–	(353)
						(921)	(5.723)	(921)	(5.723)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 conforme abaixo:

Ganhos/perdas realizados	Juros sobre derivativos 2021	Juros sobre derivativos 2020	Variação Cambial sobre derivativos 2021	Variação Cambial sobre derivativos 2020
Marcopolo	(3.456)	(483)	6.606	2.606
Ciferal	627	213	(852)	(6.798)
San Marino	211	244	(1.625)	(5.531)
Masa	–	–	(227)	–
MP Austrália	–	–	1.353	(1.164)

6. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas:

Percentual de participação	2021 Direta	2021 Indireta	2021 Não controladores	2020 Direta	2020 Indireta	2020 Não controladores
Apolo	65,00	–	35,00	65,00	–	35,00
Arcanjos	–	100,00	–	–	100,00	–
Banco Moneo	–	100,00	–	–	100,00	–
Ciferal	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
Ilmot	100,00	–	–	100,00	–	–
MAC	100,00	–	–	100,00	–	–
Masa	100,00	–	–	100,00	–	–
MBC	100,00	–	–	100,00	–	–
Metalsur	43,99	26,01	30,00	43,99	26,01	30,00
MIC	100,00	–	–	100,00	–	–
Moneo	100,00	–	–	100,00	–	–
MP Austrália	100,00	–	–	100,00	–	–
MP Canadá	100,00	–	–	100,00	–	–
MP Middle East	100,00	–	–	100,00	–	–
MP Next	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
Neobus Chile (2)	–	100,00	–	–	100,00	–
NewRoad (2)	–	100,00	–	–	100,00	–
Polo Venture	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
Pologren (1)	–	100,00	–	–	100,00	–
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
Rotas do Sul (2)	–	100,00	–	–	100,00	–
San Marino	100,00	–	–	99,90	0,10	–
San Marino México (2)	–	100,00	–	–	100,00	–
Syncroparts	100,00	–	–	99,99	0,01	–
Trading	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
Volare Comércio	100,00	–	–	99,90	0,10	–
Volare Veículos	100,00	–	–	99,90	0,10	–
Volgren (1)	–	100,00	–	–	100,00	–

(1) Consolida na MP Austrália; (2) Consolida na San Marino; Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados; (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidados):

Percentual de participação	2021 Direta	2021 Indireta	2020 Direta	2020 Indireta
Loma	51,00	–	51,00	–
Metalpar	1,00	49,00	1,00	49,00
Kamaz (*)	–	–	50,00	–
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39

(*) Investimento alienado em 10 de setembro de 2021. O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo 2021	Ativo 2020	Passivo 2021	Passivo 2020	Receita líquida 2021	Receita líquida 2020	Lucro (prejuízo) 2021	Lucro (prejuízo) 2020
Kamaz	–	565	–	743	–	–	312	(510)
Superpolo	413.947	412.468	216.232	199.198	261.019	520.951	19.539	44.374

(c) Coligadas (não consolidadas):

Percentual de participação	2021 Direta	2021 Indireta	2020 Direta	2020 Indireta
GB Polo	20,00	–	20,00	–
Mercobus	40,00	–	40,00	–
New Flyer	–	9,28	–	10,54
Valeo	40,00	–	40,00	–
Setbus (1)	–	40,00	–	40,00
Spheros Colômbia (1)	–	40,00	–	40,00
Valeo México (1)	–	40,00	–	40,00
WSul	30,00	–	30,00	–

(1) Consolida na coligada (não consolidada) Valeo. O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo 2021	Ativo 2020	Passivo 2021	Passivo 2020	Receita líquida 2021	Receita líquida 2020	Lucro (prejuízo) 2021	Lucro (prejuízo) 2020
GBPolo	119.969	115.837	149.124	136.717	31.032	58.398	(5.805)	3.945
Mercobus	5.550	9.354	1.975	2.824	4.732	5.499	445	828
Valeo	165.249	155.686	63.201	56.408	174.477	136.880	1.810	19.685
WSul	16.387	12.348	9.324	4.165	31.801	27.489	880	307

A seguir apresentamos a natureza das participações: Apolo Soluções em Plásticos Ltda. - com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos. Marcopolo Middle East and Africa FZE - Controlada integral, localizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos. A Marcopolo Middle East tem por objeto o desenvolvimento de relações comerciais com o Oriente Médio. Moneo Investimentos S.A. - Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por serem instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral: Banco Moneo S.A. - localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil. Marcopolo Next Serviços em Mobilidade Ltda. - controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços e soluções em mobilidade. Polo Venture Participações Ltda. - controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto principal a participação

continua—☆

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:25:09 -03'00'

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no capital de outras sociedades no país e no exterior. • Arcanjos Investimento e Participações Ltda. - Controlada indireta, localizada na cidade e estado de São Paulo, Brasil. Tem por objeto principal a participação no capital social de outras empresas. Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. - Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação. San Marino Ônibus Ltda. - Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas: • San Marino Bus de México S.A. de C.V. - Controlada integral, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. • Rotas do Sul Logística Ltda. - Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte. • NewRoad México S.A. de C.V. - Controlada integral, localizada no México, tem por objeto acoplamento de carrocerias e comercialização de peças. • Neobus Chile SPA. - Controlada integral, localizada no Chile, tem por objeto a comercialização de produtos e peças. Ilmot International Corporation. - Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas: • Polomex S.A. de C.V. - localizada em Monterrey, Nuevo León, México. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. • Superpolo S.A.S. - localizada na Colômbia. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Marcopolo Auto Components Co. - Controlada integral, localizada em Changzhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus. Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd. - Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada: • Pologren Austrália Holdings Pty Ltd. - Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada: • Volgren Austrália Pty Limited. - localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 100% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd. - Controlada integral, localizada em Changzhou City, China, tem por objeto o desenvolvimento e fabricação de carrocerias e componentes para ônibus. Marcopolo Canadá Holdings Corp. - Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte coligada: • New Flyer Industries Inc. - localizada no Canadá, com participação de 9,28% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus. Marcopolo International Corp. - Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas. Marcopolo South África Pty Ltd. - Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Marcopolo Trading S.A. - Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior. Syncroparts Com. e Distr. de Peças Ltda. - Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades. Volare Veículos Ltda. - Controlada integral, localizada em São Mateus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios. Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda. - Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores. GB Polo Bus Manufacturing S.A.E. - Coligada, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Loma Hermosa S.A. - Coligada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas: • Metalpar S.A. - Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. • Metalsur Carrocerias S.R.L. - Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A. - Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Valeo tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas: • Valeo Thermal Commercial Vehicles México S.A. de C.V. - Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização. • Spheros Thermosystems Colômbia Ltda. - Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização. WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda. - Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano, moldados e seus derivados.

7. Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros e derivativos: 7.1 Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	82.194	109.131	93.599	116.340
No exterior	314	481	88.142	72.552
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	734.930	517.070	1.114.697	825.633
No exterior	–	–	26.537	26.406
Total do caixa e equivalente de caixa	817.438	626.682	1.322.975	1.040.931

(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 94,0% e 105,0% CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 101,89% do CDI em 31 de dezembro de 2021. **7.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos				
Derivativos - mercado a termo *(Non Deliverable Forwards)*	131	1.187	683	2.641
	131	1.187	683	2.641
Não circulante				
Ao custo amortizado				
Partes relacionadas	106.539	69.295	75.061	67.961
	106.539	69.295	75.061	67.961

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8. Contas a receber de clientes:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
No mercado nacional	84.850	136.928	180.039	327.049
No mercado externo	142.352	218.278	324.855	463.042
Partes relacionadas	81.479	71.603	–	–
Relações interfinanceiras	–	–	267.536	284.981
Ajuste a valor presente	(2.951)	(1.941)	(7.087)	(7.915)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.210)	(37.354)	(107.768)	(96.705)
	267.520	387.514	657.575	970.452
Não circulante				
No mercado externo	–	–	28.788	–
Relações interfinanceiras	–	–	459.420	500.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(52.753)	(50.515)
	–	–	435.455	449.933
	267.520	387.514	1.093.030	1.420.385

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valores a vencer	231.300	315.067	1.077.418	1.337.103
Vencidos:				
Até 30 dias	6.955	18.324	54.172	53.907
Entre 31 e 60 dias	5.296	1.314	8.142	20.947
Entre 61 e 90 dias	2.916	1.189	3.946	7.822
Entre 91 e 180 dias	2.808	2.323	9.239	30.728
Acima de 181 dias	59.406	88.592	107.721	125.013
Ajuste a valor presente	(2.951)	(1.941)	(7.087)	(7.915)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.210)	(37.354)	(160.521)	(147.220)
	267.520	387.514	1.093.030	1.420.385

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(42.528)	(140.740)
Provisão registrada no exercício	(4.798)	(30.310)
Reversão de provisão contra contas a receber *(write-off)*	9.972	14.934
Baixas da provisão por perdas	–	13.406
Variação cambial	–	(4.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(37.354)	(147.220)
Provisão registrada no exercício	(7.259)	(40.564)
Reversão de provisão contra contas a receber *(write-off)*	6.403	26.345
Recuperação de créditos provisionados	–	1.451
Variação cambial	–	(533)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(38.210)	(160.521)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Reais	125.168	169.236	783.074	1.003.343
Dirham	–	–	313	431
Dólar Americano	142.352	218.278	170.354	243.565
Dólar Australiano	–	–	28.439	71.172
Peso Argentino	–	–	21.555	54.449
Rande	–	–	21.222	14.690
Renminbi	–	–	9.871	6.526
Peso Mexicano	–	–	58.202	26.209
	267.520	387.514	1.093.030	1.420.385

9. Estoques:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Produtos acabados	55.758	38.263	207.922	224.238
Produtos em elaboração	44.559	34.983	145.232	110.781
Matérias-primas e auxiliares	220.509	135.164	569.584	372.143
Adiantamentos a fornecedores e outros	41.134	13.146	81.362	54.915
Provisão para perdas nos estoques	(5.361)	(6.469)	(16.486)	(13.666)
	356.599	215.087	987.614	748.411

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(5.110)	(10.574)
Reversão de provisão	128	4.319
Provisão registrada no exercício	(1.487)	(6.448)
Variação cambial	–	(963)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.469)	(13.666)
Reversão de provisão	3.141	6.634
Provisão registrada no exercício	(2.033)	(8.899)
Variação cambial	–	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.361)	(16.486)

10. Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.727	25.408	15.462	35.704
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	7.542	17.266	9.443	21.873
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.470	2.632	3.925	3.940
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	11.771	5.553	27.912	17.246
Programa de Integração Social (PIS)	2.232	2.768	13.668	20.746
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.964	12.536	57.581	92.539
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	–	–	584	584
Reintegra	820	3.241	1.677	4.191
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	–	–	77.561	29.002
PIS/COFINS a recuperar - Exclusão ICMS base cálculo (ii)	–	–	16.272	–
Outros	11.303	2.422	10.071	2.886
	55.829	71.826	234.156	228.711
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	3.368	4.288	3.644	4.327
PIS/COFINS a recuperar - Exclusão ICMS base cálculo (ii)	298.929	–	402.031	–
IRPJ/CSLL a recuperar sobre a taxa Selic (i)	84.721	–	90.834	–
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	–	–	11.583	586
	387.018	4.288	508.092	4.913
	442.847	76.114	742.248	233.624

(i) Seu detalhamento consta na nota explicativa 29 (i); (ii) Seu detalhamento consta na nota explicativa 29 (iii).

11. Investimentos:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Controladas	2.118.118	1.960.849	–	–
Controladas em conjunto	119.165	124.779	102.915	111.462
Coligadas	44.368	44.778	451.901	374.458
Outros investimentos	–	–	5.307	3.392
	2.281.651	2.130.406	560.123	489.312

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

	Apolo	Ciferal	Ilmot (1)	Loma Metalsur (1)	MAC (1)	MBC (1)	MP Austrália (1)	Masa (1)	Metalsur (1)(2)	MIC (1)	Moneo	MP Canadá (1)	MP Middle East (1)	MP Next	Polomex (1)	San Marino (2)	Polo Venture	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	Controladas Total 2021	Controladas Total 2020
Dados dos Investimentos																							
Capital social	3.850	20.000	85.930	18.998	35.174	20.908	90.972	10.867	18.998	7.812	150.000	195.446	1.519	5.000	53.796	288.055	20.000	4.000	5.000	313.810	11.000		
Patrimônio líquido	8.151	110.394	183.582	10.026	(22.396)	(2.547)	87.896	68.916	5.749	8.347	235.196	515.032	(2.567)	(1.732)	179.446	564.058	7.676	6.264	8.889	275.711	5.496		
Ações ou quotas possuídas	3.250.000	124.994	50.000	4.897.938	1	1	100	100.000	4.897.938	1.400.000	150.000	4.925.530	1	4.999.500	3.011.659	288.054.976	19.998.000	4.000.000	4.999.850	263.260.000	11.000.000		
% de participação	65,00	99,99	100,00	26,01	100,00	100,00	100,00	100,00	43,99	100,00	100,00	100,00	100,00	99,99	3,61	100,00	99,99	100,00	99,99	100,00	100,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.245	49.696	(9.151)	(13.114)	(23.741)	(9.160)	(10.332)	1.217	(13.112)	5.159	8.267	1.465	(2.605)	(5.047)	(18.255)	106.153	(5.400)	162	487	5.252	97		
Movimentação dos investimentos																							
Saldos iniciais:																							
Pelo valor patrimonial	4.489	180.705	196.619	3.596	–	–	98.056	68.506	30.952	2.449	231.147	406.955	81	–	6.833	487.509	3.250	6.101	8.517	219.690	5.394	1.960.849	1.713.714
Reclassificação de provisão para perda de investimento	–	–	–	–	(6.932)	(9.284)	–	–	–	–	–	–	–	(426)	–	–	–	–	–	–	–	(16.642)	(3.917)
Aquisição de participação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	442	–	1	–	219	5	667	–
Adiantamento para aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.740	–	–	9.824	–	–	50.550	–	64.114	47.712
Integralização de capital	–	–	–	–	10.323	15.876	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26.199	8.060
Dividendos recebidos/revertidos	–	(119.994)	(3.692)	–	–	–	–	–	–	–	(4.218)	–	–	–	–	(30.000)	–	–	(116)	–	–	(158.020)	(5.486)
Resultado de equivalência patrimonial	809	49.694	(9.151)	(3.411)	(23.741)	(9.160)	(10.332)	1.217	(5.768)	5.159	8.267	1.465	(2.605)	(5.046)	(659)	106.153	(5.399)	162	487	5.252	97	103.490	(4.618)
Ajustes acumulados de conversão	–	(16)	(194)	(371)	(2.046)	21	172	(807)	(627)	739	–	106.612	(43)	–	304	103	–	–	–	–	–	103.847	211.797
Redução de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(56.932)
Variação cambial sobre redução de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	28.302
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	1.680	–	–	–	–	2.841	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.521	5.724
Amortização de mais valia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(149)	–	–	–	–	–	(149)	(149)
Saldos finais:	5.298	110.389	183.582	1.494	(22.396)	(2.547)	87.896	68.916	27.398	8.347	235.196	515.032	(2.567)	(1.732)	6.478	564.058	7.675	6.264	8.888	275.711	5.496	2.088.876	1.944.207
Provisão para perda de investimento	–	–	–	–	22.396	2.547	–	–	–	–	–	–	2.567	1.732	–	–	–	–	–	–	–	29.242	16.642
Pelo valor patrimonial	5.298	110.389	183.582	1.494	–	–	87.896	68.916	27.398	8.347	235.196	515.032	–	–	6.478	564.058	7.675	6.264	8.888	275.711	5.496	2.118.118	1.960.849

(1) Empreendimentos no exterior; (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Empreendimentos controlados em conjunto:

	Kamaz (1)	Loma (1),(2)	Metalpar (1)	Superpolo (1)	Total 2021	Total 2020
Dados dos investimentos						
Capital social	10.524	111.878	18.240	17.731		
Patrimônio líquido	–	(77.150)	(75.900)	197.715		
Ações ou quotas possuídas	1	15.949.948	473.995	265.763		
% de participação	50,00	51,00	1,00	20,61		
Lucro líquido (prejuízo) do período	312	10.698	25.300	19.539		
Movimentação dos investimentos						
Saldos iniciais:						
Pelo valor patrimonial	–	42.567	–	43.955	86.522	124.264
Reclassificação de provisão para perda de investimento	(89)	–	(752)	–	(841)	(1.126)
Integralização de capital	–	–	–	–	–	865
Dividendos recebidos	–	–	–	(2.909)	(2.909)	–
Resultado de equivalência patrimonial	156	5.456	253	4.027	9.892	(22.623)
Ajustes acumulados de conversão	503	4.415	92	(4.324)	686	2.064
Correção monetária por hiperinflação	–	(17.718)	(350)	–	(18.068)	(10.011)
Variação cambial sobre alienação de investimento	(510)	–	–	–	(510)	18.868
Alienação de investimento	–	–	–	–	–	(25.069)
Amortização de mais valia	–	(1.551)	–	–	(1.551)	(1.551)
Baixa de investimento	(60)	–	–	–	(60)	–
Saldos finais:	–	33.169	(757)	40.749	73.161	85.681
Provisão para perda de investimento	–	45.247	757	–	46.004	39.098
Pelo valor patrimonial	–	78.416	–	40.479	119.165	124.779
Ágio sobre investimento	–	(52.172)	–	–	(52.172)	(52.172)
Alocação preço de compra	–	(22.184)	–	–	(22.184)	(23.824)
Participação indireta - Superpolo	–	–	–	58.106	58.106	62.679
Pelo valor patrimonial consolidado	–	4.060	–	98.855	102.915	111.462

(1) Empreendimentos no exterior; (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Coligadas:

	GBPolo (1)	Mercobus (1)	Valeo	WSul	New Flyer (1)	Coligadas Total 2021	Coligadas Total 2020
Dados dos investimentos							
Capital social	34.933	813	30.000	6.100	4.864.975		
Patrimônio líquido	(29.155)	3.575	102.048	7.063	4.391.519		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	232	244.898	1.830.000	6.587.834		
% de participação	20,00	40,00	40,00	30,00	9,28		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.805)	445	1.810	880	18.382		
Movimentação dos investimentos							
Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial	–	2.612	39.711	2.455	–	44.778	38.355
Reclassificação de provisão para perda de investimento	(4.176)	–		–	–	(4.176)	(3.937)
Dividendos recebidos	–	(1.240)		(600)	–	(1.840)	(2.511)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.161)	178	724	264	–	5	9.086
Ajustes acumulados de conversão	(494)	(120)	384	–	–	(230)	(391)
Saldos finais:	(5.831)	1.430	40.819	2.119	–	38.537	40.602
Provisão para perda de investimento	5.831	–	–	–	–	5.831	4.176
Pelo valor patrimonial	–	1.430	40.819	2.119	–	44.368	44.778
Participação indireta - New Flyer	–	–	–	–	407.533	407.533	329.680
Pelo valor patrimonial	–	1.430	40.819	2.119	407.533	451.901	374.458

(1) Empreendimento no exterior.

12. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento são constituídas por dois imóveis: um localizado em Três Rios e outro em Caxias do Sul. O terreno localizado em Três Rios, no Rio de Janeiro possui 140.000m², sua área construída é de 20.378,87m². A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R$ 41.764 e foi avaliada ao seu valor justo em R$ 41.971. O terreno localizado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul possui 46.530,05m², sua área construída é de 35.860,75m². A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R$ 6.240 e foi avaliada ao seu valor justo em R$ 49.930. Os valores justos são líquidos de despesas de comercialização e foram apurados por avaliadores especializados. Não existem atividades operacionais sendo exercidas nos locais, que são mantidos para auferir receitas de aluguéis ou para a valorização dos imóveis. No decorrer do exercício de 2021 houve apenas gastos irrelevantes com vigilância, seguros e energia. Em 15 de dezembro de 2021 a Companhia realizou a alienação do imóvel localizado em Duque de Caxias, RJ. As movimentações estão demonstradas abaixo:

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.609	3.542	326	6.477
Depreciações	–	(191)	(46)	(237)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.609	3.351	280	6.240
Custo da propriedade para investimento	2.609	3.558	330	6.497
Depreciação acumulada	–	(207)	(50)	(257)
Valor residual	2.609	3.351	280	6.240
Taxas anuais de depreciação - %		5,4	14,1	

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.076	57.264	3.021	89.361
Impairment	(2.679)	(2.905)	–	(5.584)
Baixa	(3.575)	(29.715)	(2.028)	(35.318)
Reclassificação de imobilizado	–	–	1.995	1.995
Depreciações	–	(2.032)	(418)	(2.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.822	22.612	2.570	48.004
Custo da propriedade para investimento	22.822	24.998	3.799	51.619
Depreciação acumulada	–	(2.386)	(1.229)	(3.615)
Valor residual	22.822	22.612	2.570	48.004
Taxas anuais de depreciação - %	–	2,5	11,2	–

13. Imobilizado: (a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora:

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Outras imobilizações	Total	Direitos de uso Prédios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	18.123	124.729	176.735	3.423	11.775	1.839	175	336.799	6.497	343.296
Adições	145	13.081	79.330	953	1.283	373	–	95.165	214	95.379
Baixas	–	(460)	(2.726)	(43)	(65)	(83)	–	(3.377)	–	(3.377)
Reclassificado para propriedade para investimento	(2.609)	(3.558)	(330)	–	–	–	–	(6.497)	–	(6.497)
Transferências	–	366	93	(459)	–	–	–	–	–	–
Depreciações	–	(3.790)	(20.747)	(596)	(3.055)	(257)	–	(28.445)	(1.166)	(29.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.659	130.368	232.355	3.278	9.938	1.872	175	393.645	5.545	399.190
Custo do imobilizado	15.659	198.309	397.190	9.430	28.961	5.946	175	655.670	7.509	663.179
Depreciação acumulada	–	(67.941)	(164.835)	(6.152)	(19.023)	(4.074)	–	(262.025)	(1.964)	(263.989)
Valor residual	15.659	130.368	232.355	3.278	9.938	1.872	175	393.645	5.545	399.190
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.659	130.368	232.355	3.278	9.938	1.872	175	393.645	5.545	399.190
Adições	–	11.131	56.710	229	3.374	79	–	71.523	2.038	73.561
Baixas	–	(171)	(5.552)	(13)	(175)	(246)	–	(6.157)	–	(6.157)
Transferências	–	(395)	395	–	–	–	–	–	–	–
Depreciações	–	(3.732)	(23.642)	(673)	(3.190)	(209)	–	(31.446)	(1.686)	(33.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.659	137.201	260.266	2.821	9.947	1.496	175	427.565	5.897	433.462
Custo do imobilizado	15.659	206.903	444.203	9.499	31.602	5.516	175	713.557	9.369	722.926
Depreciação acumulada	–	(69.702)	(183.937)	(6.678)	(21.655)	(4.020)	–	(285.992)	(3.472)	(289.464)
Valor residual	15.659	137.201	260.266	2.821	9.947	1.496	175	427.565	5.897	433.462
Taxas anuais de depreciação - %		2,8	11,8	9,0	15,0	12,3	9,4			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado:

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total	Direitos de uso prédios	Direitos de uso máquinas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	61.247	431.323	333.993	8.762	13.543	5.306	7.491	29.570	891.235	48.907	1.061	941.203
Efeito cambial	217	6.855	9.767	581	–	753	469	610	19.252	15.404	590	35.246
Correção monetária por hiperinflação	–	5.491	260	13	–	92	391	–	6.247	–	–	6.247
Adições	344	18.494	91.603	1.680	2.033	765	8.378	7.081	130.378	19.393	3.403	153.174
Baixas	–	(804)	(1.253)	(374)	(176)	(714)	(126)	(259)	(3.706)	(563)	–	(4.269)
Reclassificado para propriedade para investimento	(6.184)	(34.888)	(431)	–	–	–	–	–	(41.503)	–	–	(41.503)
Transferências	–	11.328	924	(459)	860	–	–	(5.441)	7.212	–	–	7.212
Depreciações	–	(13.144)	(48.578)	(1.870)	(4.141)	(1.216)	(3.519)	–	(72.468)	(17.800)	(722)	(90.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	55.624	424.655	386.285	8.333	12.119	4.986	13.084	31.561	936.647	65.341	4.332	1.006.320
Custo do imobilizado	55.624	535.817	827.903	25.859	37.170	16.882	37.907	31.561	1.568.723	104.825	5.340	1.678.888
Depreciação acumulada	–	(111.162)	(441.618)	(17.526)	(25.051)	(11.896)	(24.823)	–	(632.076)	(39.484)	(1.008)	(672.568)
Valor residual	55.624	424.655	386.285	8.333	12.119	4.986	13.084	31.561	936.647	65.341	4.332	1.006.320
Saldos em 31 de dezembro de 2020	55.624	424.655	386.285	8.333	12.119	4.986	13.084	31.561	936.647	65.341	4.332	1.006.320
Efeito cambial	(9)	(1.148)	(340)	184	–	61	(186)	105	(1.333)	1.350	–	17
Correção monetária por hiperinflação	728	6.591	4.103	195	–	428	2.695	2.170	16.910	–	–	16.910
Adições	–	12.892	63.183	612	4.918	3.730	2.121	12.625	100.081	7.824	–	107.905
Baixas	–	(3.037)	(7.642)	(407)	(459)	(781)	(151)	(24)	(12.501)	–	–	(12.501)
Transferências	6	19.757	966	1	–	89	(6)	(20.813)	–	–	–	–
Depreciações	–	(14.400)	(53.214)	(1.815)	(4.010)	(1.952)	(3.852)	(28)	(79.271)	(20.967)	(654)	(100.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.349	445.310	393.341	7.103	12.568	6.561	13.705	25.596	960.533	53.548	3.678	1.017.759
Custo do imobilizado	56.349	564.742	872.636	25.544	40.556	19.288	44.115	25.596	1.648.826	113.246	6.258	1.768.330
Depreciação acumulada	–	(119.432)	(479.295)	(18.441)	(27.988)	(12.727)	(30.410)	–	(688.293)	(59.698)	(2.580)	(750.571)
Valor residual	56.349	445.310	393.341	7.103	12.568	6.561	13.705	25.596	960.533	53.548	3.678	1.017.759
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9						

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. **(c) Garantia:** Em 31 de dezembro de 2021, propriedades com valor contábil residual de R$ 20.225 (R$ 21.893 em 31 de dezembro de 2020) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

14. Ágio e intangível: (a) Síntese da movimentação do intangível da controladora:

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	6.648	404	7.052
Adições	2.619	113	2.732
Amortizações	(2.024)	(27)	(2.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.243	490	7.733
Custo do intangível	60.219	863	61.082
Amortização acumulada	(52.976)	(373)	(53.349)
Valor residual	7.243	490	7.733
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.243	490	7.733
Adições	3.418	207	3.625
Amortizações	(2.295)	(37)	(2.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.366	660	9.026
Custo do intangível	63.637	1.070	64.707
Amortização acumulada	(55.271)	(410)	(55.681)
Valor residual	8.366	660	9.026
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado:

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	9.043	9.529	22.739	1.070	245.796	288.177
Efeito cambial	(400)	–	3.818	168	60.415	64.001
Correção monetária por hiperinflação	248	–	–	–	–	248
Adições	3.847	115	–	–	–	3.962
Baixas	(1)	–	–	–	–	(1)
Aquisição de investimento	–	–	(1.924)	–	(3.485)	(5.409)
Amortizações	(3.885)	(33)	(681)	(449)	–	(5.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.852	9.611	23.952	789	302.726	345.930
Custo do intangível	81.475	10.021	57.163	10.762	302.726	462.147
Amortização acumulada	(72.623)	(410)	(33.211)	(9.973)	–	(116.217)
Valor residual	8.852	9.611	23.952	789	302.726	345.930
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.852	9.611	23.952	789	302.726	345.930
Efeito cambial	(37)	–	–	–	7.034	6.997
Correção monetária por hiperinflação	546	–	–	–	–	546
Adições	3.700	223	–	–	–	3.923
Baixas	(6)	–	–	(424)	–	(430)
Transferências	282	1	(283)	–	–	–
Amortizações	(3.855)	(41)	(682)	–	–	(4.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.482	9.794	22.987	365	309.760	352.388
Custo do intangível	86.272	10.245	56.452	10.245	309.760	472.974
Amortização acumulada	(76.790)	(451)	(33.465)	(9.880)	–	(120.586)
Valor residual	9.482	9.794	22.987	365	309.760	352.388
Taxas anuais de amortização - %	20,0	0,4	2,8	10,0		

Composição do ágio:

	Loma/Metalsur	San Marino	New Flyer	Pologren	Ágios Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.172	30.739	76.484	143.331	302.726
Efeito cambial	–	–	5.837	1.197	7.034
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.172	30.739	82.321	144.528	309.760

(c) Teste de ágio para verificação de *impairment*: (i) Ágio da controlada direta - San Marino: Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino no montante de R$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes: (i) margem bruta de 18,47%, (ii) taxa de crescimento de 9,64% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 12,27% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment para esta Unidade Geradora de Caixa. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) receita líquida 25% inferior e superior, (ii) margem EBITDA 25% inferior e superior; e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de impairment. **(ii) Ágio da controlada indireta - Pologren:** Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R$ 144.528. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes: (i) margem bruta de 17,53%, (ii) taxa de crescimento de 17,59% a.a., e (iii) taxa de desconto de 8,7% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment para esta Unidade Geradora de Caixa. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) receita líquida 25% inferior e superior, (ii) margem EBITDA 25% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*. **(iii) Ágio da coligada indireta - New Flyer:** Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na New Flyer no montante de R$ 82.321. A New Flyer é uma companhia de capital aberto, tendo suas ações (sob a sigla NFI) negociadas na bolsa de valores do Canadá. O valor recuperável foi calculado pelo valor justo (nível 1), considerando a cotação das ações da coligada indireta em 31 de dezembro de 2021 (20,26 dólares canadenses), comparado com o valor contábil (na época de aquisição 10,50 dólares canadenses). O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. **(iv) Ágio da controlada - Metalsur:** Composto pelo ágio gerado da reorganização societária na Argentina no montante de R$ 52.172. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes: (i) margem bruta de 23,25%, (ii) taxa de crescimento de 26,46% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 17,00% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio; a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) receita líquida 25% inferior e superior, (ii) margem EBITDA 25% inferior e superior e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

15. Partes relacionadas - Controladora: (a) Saldos e transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/serviços	Compras de produtos/serviços
Apolo	–	–	1.149	–	11.121
Ciferal	–	45	–	652	7
GB Polo	4.232	–	–	–	–
Ilmot	1.061	–	–	–	–
Loma	70.830	–	–	–	–
Mac	28.330	2.854	175	982	5.966
Masa	–	4.518	447	11.014	–
Metalsur	–	23.080	–	35.558	–
MP Austrália	–	84	–	20	–
MP Next	1.908	–	–	–	–
Polomex	–	5.439	–	17.975	–
San Marino	–	22.201	380	180.363	3.354
Trading	–	2.721	–	3.492	–
Valeo	–	–	7.521	–	64.862
Volare Comércio	50	215	–	446	27
Volare Veículos	128	20.322	93	41.214	1.170
WSul	–	–	8.379	–	38.037
Saldo em 2021	106.539	81.479	18.144	291.716	124.544
Saldo em 2020	69.295	100.825	9.933	243.959	136.282

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3%a.a.. **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

2021	Fixa	Variável	Plano de aposentadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	9.812	5.487	57	269	**15.625**
Diretores não estatutários	6.519	4.329	229	652	**11.729**
	16.331	9.816	286	921	**27.354**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram exercidas as opções de compra de 296.580 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R$ 2,34 por ação com um desconto de R$ 0,46 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 192.096 ações ao valor de R$ 3,73 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

2020	Fixa	Variável	Plano de aposentadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.378	1.005	52	370	**9.805**
Diretores não estatutários	6.952	1.351	196	1.654	**10.153**
	15.330	2.356	248	2.024	**19.958**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram exercidas as opções de compra de 452.815 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R$ 2,82 por ação com um desconto de R$ 0,05 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 150.709 ações ao valor de R$ 2,91 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

continua

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:25:30 -03'00'

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos:	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Moeda nacional						
FINAME	3,59	2022 a 2025	335	545	2.674	4.357
Empréstimos bancários	11,46	2027	–	–	7.368	8.280
Depósitos interfinanceiros	21,36	2022 a 2026	–	–	19.494	20.620
FINEP	6,36	2022 a 2030	320.369	315.631	333.408	339.164
FDE - Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	–	–	73.795	92.729
Fundepar - ES	–	2026	–	–	30.000	30.000
Notas de créditos exportação - Compulsório	13,43	2026	185.197	–	185.197	–
Partes relacionadas	CDI	–	53	–	–	–
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,71	2022	–	51.015	23.204	56.224
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,16	2022 a 2026	175.684	231.310	175.684	231.310
Notas de créditos exportação - USD	2,71	2022 a 2026	781.817	457.512	781.817	457.512
Financiamento em randes	8,62	2022 a 2026	–	–	5.332	9.069
Financiamento em renminbi	6,17	2022	–	–	18.107	53.390
Financiamento em dólares australianos	3,04	2022	–	–	161.324	166.185
Financiamento em pesos argentinos	29,83	2022	–	–	39.303	16.034
Avais	–	–	–	7.796	–	7.796
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.463.455	1.063.809	1.856.707	1.492.670
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES - Operações Prefixadas	8,39	2026 a 2027	–	–	373.882	370.426
BNDES - Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,52	2026	–	–	41.816	76.364
BNDES - Operações Pós-fixadas	TJLP + 1,90	2024	–	–	22.685	75.051
BNDES - Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,79	2027	–	–	25.869	10.551
Subtotal de captações no mercado aberto			–	–	464.252	532.392
Subtotal de empréstimos e financiamentos			1.463.455	1.063.809	2.320.959	2.025.062
Instrumentos financeiros derivativos			920	3.708	921	5.723
Total de empréstimos e financiamentos			1.464.375	1.067.517	2.321.880	2.030.785
Passivo circulante			450.023	246.315	887.578	727.820
Passivo não circulante			1.014.352	821.202	1.434.302	1.302.965

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
De 13 a 24 meses	275.831	394.794	443.754	553.510
De 25 a 36 meses	159.942	206.306	285.711	352.033
De 37 a 48 meses	414.310	68.603	506.891	147.437
De 49 a 60 meses	61.913	36.144	93.650	95.536
Após 60 meses	102.356	115.355	104.296	154.449
	1.014.352	821.202	1.434.302	1.302.965

(a) Empréstimos e financiamentos: Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R$ 20.225 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 21.893 em 31 de dezembro de 2020). **(b) Captações no mercado aberto:** As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de face (futuro) 2021	Valor de face (futuro) 2020	Valor justo (presente) 2021	Valor justo (presente) 2020
De 1 a 12 meses	205.179	225.708	178.469	197.913
De 13 a 24 meses	155.909	170.801	139.182	152.949
De 25 a 36 meses	99.157	114.793	91.248	105.797
Após 36 meses	58.910	79.226	55.353	75.734
	519.155	590.528	464.252	532.393

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

(c) Conciliação da dívida:

	Consolidado – Empréstimos bancários	Derivativos	Captações Mercado Aberto	Total
Dívida em 31 de dezembro de 2020	1.472.050	5.723	553.012	2.030.785
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	279.251	(4.802)	(110.444)	164.005
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados e variações cambiais	85.912	–	41.178	127.090
Dívida em 31 de dezembro de 2021	1.837.213	921	483.746	2.321.880

17. Obrigações com arrendamento: A movimentação de saldos do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	6.187	6.771	70.968	50.523
Juros apropriados e variações cambiais	925	829	3.521	20.606
Adições	2.038	214	7.462	22.699
Contraprestações pagas	(2.429)	(1.627)	(22.325)	(22.860)
	6.721	6.187	59.626	70.968

O cronograma de vencimentos dos arrendamentos está demonstrado a seguir.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
De 1 a 12 meses	1.819	1.169	19.661	18.371
De 13 a 24 meses	1.820	1.309	15.842	18.325
De 25 a 36 meses	1.100	1.497	6.557	12.459
De 37 a 48 meses	441	895	4.041	5.095
De 49 a 60 meses	504	342	3.821	3.861
Acima de 60 meses	1.037	975	9.704	12.857
Valor presente dos contratos	6.721	6.187	59.626	70.968

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento está demonstrado a seguir.

	Controladora e Consolidado 2021 Nominal	Controladora e Consolidado 2021 Ajustado a valor presente	Controladora e Consolidado 2020 Nominal	Controladora e Consolidado 2020 Ajustado a valor presente
Contraprestação de arrendamento	4.618	3.938	4.833	3.909
PIS/COFINS potencial (9,25%)	427	364	447	362

18. Provisões: (a) Contingências passivas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

Natureza	Controladora 2021 Provável	2021 Possível	2020 Provável	2020 Possível
Cível	1.032	25.147	964	24.362
Trabalhista	78.684	79.887	62.876	47.564
Tributário	11.086	263.818	10.823	254.641
	90.802	368.852	74.663	326.567

Natureza	Consolidado 2021 Provável	2021 Possível	2020 Provável	2020 Possível
Cível	2.737	25.589	2.527	24.804
Trabalhista	94.666	89.958	76.772	57.473
Tributário	24.164	302.965	18.179	292.504
	121.567	418.512	97.478	374.781

Depósitos judiciais	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cível	2.987	3.064	3.962	3.878
Trabalhista	18.980	21.326	22.637	25.789
Tributário	19.196	20.078	40.532	37.003
	41.163	44.468	67.131	66.670

(i) Cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. **(ii) Tributárias:** A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

Provisionadas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
REINTEGRA - apropriação de crédito (i)	662	662	662	662
Regime Fiscal Especial - crédito tributário (ii)	752	728	752	728
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	6.344	6.147	6.344	6.147
Outras contingências	3.328	3.286	16.406	10.642
	11.086	10.823	24.164	18.179

(i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA - contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012; (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos; (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

Não provisionadas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações	2.068	2.165	2.068	2.165
COFINS - pedido de restituição (i)	24.115	23.592	24.115	23.592
PIS, COFINS - crédito	10.177	9.376	10.177	9.376
PIS - compensações (ii)	13.078	12.616	13.078	12.616
IPI - crédito	3.605	1.744	3.605	1.744
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	3.102	3.058	3.102	3.058
IRPJ e CSLL - saldo negativo (iii)	19.011	18.606	19.011	18.606
IRPJ e CSLL - lucros no exterior (iv)	32.502	31.778	32.502	31.778
IRPJ e CSLL - IR pago no exterior	1.237	1.192	1.237	1.192
IRPJ e CSLL - lucros do exterior (v)	80.110	77.586	80.110	77.586
DCP - atualização monetária (vi)	29.749	28.948	29.749	28.948
REINTEGRA - compensação (vii)	17.672	17.265	17.672	17.265
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	–	–	16.207	15.697
ICMS - documentos fiscais inidôneos (ix)	2.156	2.094	2.156	2.094
ISS - serviços tomados de terceiros	6.718	6.546	6.718	6.546
INSS - serviços tomados de pessoas jurídicas	4.752	4.649	4.752	4.649
Outras contingências de menor valor	13.766	13.426	36.706	35.592
	263.818	254.641	302.965	292.504

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento; (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul; (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento; (v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ; (vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ; (vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ; (viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro; (ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **(b) Contingências ativas tributárias:** Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia habilitou crédito no montante de R$ 87.716 relativo à decisão judicial que excluiu a correção monetária (correspondente à inflação) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, nas aplicações financeiras. A Companhia reconheceu como receita o montante de R$ 64.852 no ano, referente aos créditos compensados no período. Sendo R$ 40.691 de principal registrado em outras receitas e R$ 24.161 de atualização monetária registrado em resultado financeiro.

19. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados: A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), San Marino, Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2021 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R$ 7.968 (R$ 8.238 em 2020). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de “benefícios definidos” onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de “contribuição definida” onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional. Na data-base de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valor presente das obrigações atuariais	(301.061)	(325.555)	(305.014)	(329.936)
Valor justo dos ativos do plano	348.872	353.656	353.467	358.423
Superavit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	(47.811)	(28.101)	(48.453)	(28.487)
Passivo a ser reconhecido	–	–	–	–

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superavit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Em 1º de janeiro	–	–	–	–
Contribuições dos participantes do plano	4.360	5.375	4.392	5.400
Perdas (ganhos) atuariais	(4.360)	(5.375)	(4.392)	(5.400)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	–	–	–	–
Em 31 de dezembro	–	–	–	–

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Em 1º de janeiro	353.656	341.022	358.423	345.164
Contribuição dos patrocinadores	4.360	5.357	4.392	5.400
Contribuição dos empregados	71	60	72	61
Benefícios pagos	(15.993)	(17.036)	(16.167)	(17.181)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.778	24.253	6.747	24.979
Em 31 de dezembro	348.872	353.656	353.467	358.423

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Em 1º de janeiro	325.555	335.523	329.936	339.591
(Ganhos) perdas atuariais	(32.995)	(9.883)	(33.568)	(9.778)
Custo dos serviços correntes	1.772	(7.315)	1.784	(7.258)
Custo financeiro	22.651	24.206	22.957	24.501
Contribuições dos empregados	71	60	72	61
Benefícios pagos	(15.993)	(17.036)	(16.167)	(17.181)
Em 31 de dezembro	301.061	325.555	305.014	329.936

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo dos serviços correntes	1.772	(7.315)	1.784	(7.258)
Custo financeiro	(192)	(251)	(193)	(254)
Total incluído nos custos de pessoal	1.580	(7.566)	1.591	(7.512)

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

Hipóteses econômicas

	Percentual a.a. Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Taxa de desconto (*)	8,88	7,17	8,88	7,17
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	8,88	7,17	8,88	7,17
Aumentos salariais futuros	5,73	5,73	5,73	5,73
Inflação	3,25	3,25	3,25	3,25

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,25% a.a. mais juros 5,73% a.a. para o ano de 2021 (inflação de 3,25% a.a. mais juros de 3,79 % a.a. para o ano de 2020).

Hipóteses demográficas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Tábua de mortalidade	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades: O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,41% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.: (i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2021.

- Total			301.061
(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2021.		Análise de Sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	9,88%	1% de aumento	270.280
Taxa de desconto	7,88%	1% de redução	338.794

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade. Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

20. Imposto de renda e contribuição social: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	34.965	38.442	57.458	63.417
Provisão para comissões	12.408	31.076	16.639	36.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.746	7.733	77.418	63.356
Provisão para participação nos resultados	39.807	20.400	41.731	22.069
Provisão para contingências	95.463	76.793	104.909	115.449
Provisão para perdas nos estoques	5.361	6.469	9.272	11.854
Provisão para serviços de terceiros	9.944	9.846	25.126	20.121
Provisão para rescisões contratuais	8.753	14.330	14.800	16.571
Estoques não realizados	9.626	7.933	9.626	7.933
Ajuste a valor presente	2.033	1.434	3.393	1.909
Imposto de renda na fonte suspenso	10.121	8.765	10.121	8.765
(Depreciação fiscal)	(22.102)	(21.690)	(22.102)	(21.690)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	790	2.521	2.220	1.550
Variação cambial	77.675	82.515	77.675	82.515
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	144.882	–	232.092	46.128
Outras provisões	10.016	17.080	(10.643)	7.735
Base de cálculo	449.488	303.647	649.735	484.485
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.826	103.240	220.910	164.725

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido: A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
De 1 a 12 meses	40.396	14.570	52.023	61.349
De 13 a 24 meses	35.767	62.605	56.500	71.618
De 25 a 36 meses	16.759	21.033	36.036	24.320
De 37 a 48 meses	22.908	87	37.001	696
Acima de 48 meses	36.396	4.945	39.350	6.742
	152.826	103.240	220.910	164.725

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	350.483	39.513	382.897	48.692
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	(119.164)	(13.434)	(130.185)	(16.555)
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	4.291	9.448	–	(11.359)
Juros sobre capital próprio	34.188	14.369	34.188	14.369
Reintegra	–	716	–	716
Participação dos administradores	(1.510)	(1.522)	(1.510)	(1.522)
Crédito presumido de ICMS	–	–	–	7.773
Programa de Alimentação do Trabalhador	731	–	731	–
Programa de Desenvolvimento Industrial (i)	14.302	8.837	14.302	8.837
IR/CS sobre resultados no Exterior	–	(2.628)	–	(2.628)
Prejuízo fiscal de empresas controladas	–	–	(11.942)	(17.332)
Utilização de prejuízo fiscal	–	–	–	8.006
Rota 2030	857	2.628	857	2.628
Lei Complementar 160	594	48.057	594	48.057
IRPJ/CSLL sobre a taxa Selic	63.858	–	63.858	–
Outras adições (exclusões)	17.993	(2.121)	4.582	1.024
	16.140	64.350	(24.525)	42.015
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(33.446)	36.008	(80.090)	(869)
Diferido	49.586	28.342	55.565	42.884
	16.140	64.350	(24.525)	42.015
Alíquota efetiva - %	5	150	7	74

(i) Trata-se de um incentivo fiscal voltado a inovação tecnológica. A Marcopolo deduz da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais, conforme Lei nº 11.196/2005.

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 946.892.882 (946.892.882 em 31 de dezembro de 2020) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 605.267.138 preferenciais, sem valor nominal. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. Do total do capital subscrito, 236.669.520 (240.469.955 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior. **(b) Reservas: (i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(ii) Reservas estatutárias:** A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas: • Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social. • Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social. • Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social. **(iii) Incentivos fiscais:** Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou o montante de R$ 20.247 (R$ 26.744 em 2020) valor reconhecido no resultado do exercício, registrados no patrimônio líquido em conta própria de incentivo fiscal. **(c) Ações em tesouraria:** Corresponde ao entesouramento de 7.057.813 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R$ 3,9012 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 566.769 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R$ 2,4715 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R$ 623. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R$ 27.534. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

22. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos: De acordo com a faculdade prevista na Lei no 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R$ 100.552 sendo R$ 34.777 em junho de 2021 e R$ 65.775 em dezembro de 2021 (R$ 42.261 em 2020) sendo pagos a partir de 04 de abril de 2022, na razão de R$ 0,037 e 0,070 respectivamente para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R$ 34.188 (R$ 14.369 em 2020), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício (Controladora)	366.623	103.863
Incentivo fiscal - Lei complementar 160	(20.247)	(26.744)
Lucro líquido do exercício (Controladora) depois do incentivo fiscal	346.376	77.119
Reserva legal (5%)	(17.319)	(3.856)
Base de cálculo para dividendos	329.057	73.263
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	82.264	18.316
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	18.288	23.945
Total de dividendos propostos pela Administração	100.552	42.261
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	100.552	42.261
Imposto de renda na fonte (15%)	(15.083)	(6.339)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	3.475	607
Valor líquido dos juros creditados	88.944	36.529
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	88.944	36.529

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item III da Deliberação CVM nº 683/2012.

23. Cobertura de seguros (não auditado) : Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Estoques, prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	1.035.815	1.038.494
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	55.887	70.255
		1.091.702	1.108.749

24. Avais, fianças e garantias: A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2021, avais e/ou fianças no montante de R$ 93.674 (R$ 96.589 em 31 de dezembro de 2020), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R$ 20.225 (R$ 21.893 em 31 de dezembro de 2020) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências. A companhia possuía seguros garantia vigentes em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 98.149 (R$ 92.779 em 31 de dezembro de 2020).

25. Participação de empregados nos lucros e resultados: No exercício social de 2021, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, sendo pago em julho de 2021 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2022. A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo dos produtos e serviços vendidos	12.367	4.690	14.323	6.458
Despesas com vendas	3.767	1.770	3.777	1.797
Despesas de administração	8.647	842	10.201	2.522
	24.781	7.302	28.301	10.777

26. Receita: A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Vendas brutas de produtos e serviços	1.516.853	1.839.103	3.944.836	4.063.692
Impostos sobre vendas e devoluções	(213.728)	(196.140)	(445.397)	(474.030)
Receita líquida	1.303.125	1.642.963	3.499.439	3.589.662

27. Despesas por natureza:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Matérias-primas e materiais de consumo	802.552	878.755	2.535.552	2.079.995
Custo de ociosidade	6.952	19.550	10.131	59.142
Serviços de terceiros e outros	153.585	211.974	271.146	316.850
Remuneração direta	261.995	234.952	440.354	611.346
Remuneração dos administradores	9.874	12.441	9.874	12.441
Participação dos empregados nos lucros e resultados	24.781	7.302	28.301	10.777
Encargos de depreciações e amortizações	34.058	31.662	103.351	96.038
Despesas com previdência privada	6.985	7.335	7.968	8.238
Outras despesas	77.799	89.365	130.338	194.470
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas.	1.378.581	1.493.336	3.537.015	3.389.297

28. Resultado financeiro:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos (i)	190.063	10.226	230.031	34.380
Juros sobre derivativos	7	475	845	932
Rendas de aplicações financeiras	21.630	10.355	31.848	15.946
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	13.491	19.273	28.231	37.679
	225.191	40.329	290.955	88.937
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(48.582)	(43.371)	(81.759)	(56.243)
Juros sobre derivativos	(3.463)	(958)	(3.463)	(958)
Despesas bancárias	(5.538)	(8.721)	(10.899)	(14.918)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(4.683)	(4.821)	(11.046)	(9.305)
	(62.266)	(57.871)	(107.167)	(81.424)
Variações cambiais				
Variação cambial ativa	146.956	290.911	189.482	386.013
Variação cambial ativa sobre derivativos	11.990	9.939	19.368	14.652
Variação cambial passiva	(188.800)	(393.303)	(223.653)	(506.409)
Variação cambial passiva sobre derivativos	(5.384)	(7.333)	(14.113)	(25.539)
	(35.238)	(99.786)	(28.916)	(131.283)
Resultado financeiro, líquido	127.687	(117.328)	154.872	(123.770)

(i) No terceiro trimestre foi reconhecido o montante de R$ 22.019 correspondente a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic. No período, também foi reconhecido o montante de R$ 168.521 referente a atualização de juros Selic sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

29. Outras receitas (despesas) operacionais:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (iii)	160.917	–	223.461	64.877
Exclusão da correção monetária da base cálculo IRPJ/CSLL nas aplicações financeiras (ii)	40.690	–	40.690	–
IRPJ/CSLL sobre a taxa Selic (i)	61.791	–	67.638	–
Honorários advocatícios	(27.378)	–	(33.265)	–
Alienação de participação da coligada indiana TMML	–	44.233	–	44.233
Rescisões com representantes	–	–	–	(10.167)
Provisão contingências trabalhistas	(47.583)	(32.805)	(53.171)	(39.595)
Rescisões trabalhistas	–	(36.999)	–	(53.084)
Despesas tributárias	(4.911)	–	(12.116)	–
Impairment de propriedade para investimento	–	–	(5.584)	–
Alienação de imóvel localizado no Rio de Janeiro - Ciferal	–	–	29.681	–
Outras despesas	1.849	3.770	(3.339)	(757)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	185.375	(21.801)	253.995	5.507

(i) A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário (RE 1.063.187 - Tema 962) a Companhia e suas controladas Ciferal e San Marino, realizaram a apuração dos valores englobados em suas ações judiciais que discutem o tema. Com base na melhor estimativa de valores associados ao levantamento acima mencionado, a Companhia e suas controladas reconheceram no exercício de 2021, o montante de R$ 102.542. Sendo R$ 67.638 registrado em outras receitas, R$ 22.019 registrado em resultado financeiro e R$ 12.885 registrado no IR/CS corrente; (ii) Seu detalhamento consta na nota explicativa 18 (b). (iii) A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia e suas controladas Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. e Volare Veículos Ltda. realizaram a apuração dos valores englobados em suas ações judiciais que discutem o tema. Com base na melhor estimativa de valores associados ao levantamento acima mencionado, a Companhia e suas controladas reconheceram no exercício de 2021, R$ 383.065. Fazendo parte deste montante o principal de R$ 214.545, registrado em outras receitas e a atualização de juros Selic de R$ 168.521 registrada no resultado financeiro.

30. Lucro por ação - ordinária e preferencial: (a) Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas	366.623	103.863
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	939.835	939.366
Lucro por ação	0,39009	0,11057

(b) Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas	366.623	103.863
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	939.835	939.366
Ajustes de:		
Exercício das opções de compra de ações	7.058	7.527
Lucro por ação	0,38719	0,10969

31. Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento: O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Industrial 2021	Industrial 2020	Financeiro 2021	Financeiro 2020
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.322.975	1.040.931	1.279.679	989.248	43.296	51.683
Instrumentos financeiros derivativos	683	2.641	683	2.641	–	–
Contas a receber de clientes	657.575	970.452	411.051	702.407	246.524	268.045
Estoques	987.614	748.411	987.614	748.411	–	–
Outras contas a receber	398.340	408.617	362.078	379.187	36.262	29.430
	3.367.187	3.171.052	3.041.105	2.821.894	326.082	349.158
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	75.061	67.961	75.061	67.961	–	–
Contas a receber de clientes	435.455	449.933	27.380	–	408.075	449.933
Outras contas a receber	798.547	241.042	774.692	220.836	23.855	20.206
Investimentos	560.123	489.312	560.123	489.312	–	–
Propriedades para investimentos	48.004	89.361	48.004	89.361	–	–
Imobilizado	1.017.759	1.006.320	1.016.405	1.005.714	1.354	606
Intangível	352.388	345.930	352.124	345.559	264	371
	3.287.337	2.689.859	2.853.789	2.218.743	433.548	471.116
Total do ativo	6.654.524	5.860.911	5.894.894	5.040.637	759.630	820.274
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	459.049	358.825	459.049	358.825	–	–
Empréstimos e financiamentos	886.657	722.097	691.958	503.673	194.699	218.424
Instrumentos financeiros derivativos	921	5.723	921	5.723	–	–
Outras contas a pagar	679.413	631.663	662.307	616.790	17.106	14.873
	2.026.040	1.718.308	1.814.235	1.485.011	211.805	233.297
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.434.302	1.302.965	1.121.599	945.766	312.703	357.199
Outras contas a pagar	237.951	231.642	236.410	229.800	1.541	1.842
	1.672.253	1.534.607	1.358.009	1.175.566	314.244	359.041
Participação dos acionistas não controladores	51.226	55.779	51.226	55.779	–	–
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	2.905.005	2.552.217	2.671.424	2.324.281	233.581	227.936
Total do passivo	6.654.524	5.860.911	5.894.894	5.040.637	759.630	820.274

Demonstrações de resultado

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Industrial 2021	Industrial 2020	Financeiro (*) 2021	Financeiro (*) 2020
Operações						
Receita líquida de vendas e serviços	3.499.439	3.589.662	3.413.386	3.491.945	86.053	97.717
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.143.215)	(2.994.073)	(3.101.684)	(2.943.337)	(41.531)	(50.736)
Lucro bruto	356.224	595.589	311.702	548.608	44.522	46.981
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(191.570)	(211.818)	(183.033)	(191.595)	(8.537)	(20.223)
Despesas administrativas	(206.291)	(183.406)	(190.322)	(164.578)	(15.969)	(18.828)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	253.995	5.507	257.462	2.929	(3.467)	2.578
Resultado de equivalência patrimonial	15.667	(33.410)	15.667	(33.410)	–	–
Lucro operacional	228.025	172.462	211.476	161.954	16.549	10.508
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	499.805	489.602	499.805	489.602	–	–
Despesas financeiras	(344.933)	(613.372)	(344.933)	(613.372)	–	–
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	382.897	48.692	366.348	38.184	16.549	10.508
Imposto de renda e contribuição social	(24.525)	42.015	(16.241)	46.576	(8.284)	(4.561)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	358.372	90.707	350.107	84.760	8.265	5.947

32. Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Segmento Industrial 2021	Segmento Industrial 2020	Segmento Financeiro 2021	Segmento Financeiro 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	**358.372**	**90.707**	**350.107**	**84.760**	**8.265**	**5.947**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	105.470	96.038	105.221	95.781	249	257
Ganho (perda) na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis	(53.562)	3.191	(53.562)	3.214	–	(23)
Equivalência patrimonial	(15.667)	33.410	(15.667)	33.410	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.112	16.904	30.575	(3.319)	8.537	20.223
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24.525	(42.015)	16.241	(46.576)	8.284	4.561
Juros e variações apropriados	126.509	255.767	85.332	216.461	41.177	39.306
Participações dos não controladores	(8.251)	(13.156)	(8.251)	(13.156)	–	–
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	285.262	(188.371)	231.050	(103.861)	54.842	(84.510)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(5.142)	81.207	(5.142)	81.207	–	–
(Aumento) redução nos estoques	(237.516)	(143.371)	(237.516)	(143.371)	–	–
(Aumento) redução em outras contas a receber	(546.570)	(195.876)	(536.089)	(200.693)	(10.481)	4.817
Aumento (redução) em fornecedores	100.759	(50.768)	100.759	(50.768)	–	–
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	94.412	232.914	88.931	232.574	5.481	340
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**268.343**	**176.581**	**151.989**	**185.663**	**116.354**	**(9.082)**
Impostos sobre o lucro pagos	(80.090)	(869)	(68.258)	5.900	(11.832)	(6.769)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**188.253**	**175.712**	**83.731**	**191.563**	**104.522**	**(15.851)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	4.749	2.511	4.749	2.511	–	–
Adições de imobilizado	(100.081)	(130.378)	(99.237)	(130.141)	(844)	(237)
Adições de intangível	(3.923)	(3.962)	(3.877)	(3.875)	(46)	(87)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	66.494	658	66.494	658	–	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(32.761)**	**(131.171)**	**(31.871)**	**(130.847)**	**(890)**	**(324)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	1.618	1.256	1.618	1.256	–	–
Empréstimos tomados de terceiros	895.909	607.413	709.548	311.671	186.361	295.742
Pagamento de empréstimos - principal	(678.463)	(610.323)	(418.330)	(389.539)	(260.133)	(220.784)
Pagamento de empréstimos - juros	(76.127)	(49.191)	(40.500)	(24.727)	(35.627)	(24.464)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(16.539)	(69.971)	(13.919)	(69.971)	(2.620)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**126.398**	**(120.816)**	**238.417**	**(171.310)**	**(112.019)**	**50.494**
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	154	42.584	154	42.584	–	–
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**282.044**	**(33.691)**	**290.431**	**(68.010)**	**(8.387)**	**34.319**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.040.931	1.074.622	989.248	1.057.258	51.683	17.364
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.322.975	1.040.931	1.279.679	989.248	43.296	51.683

33. Informação adicional: O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica:	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Brasil	2.433.527	2.756.144
África	99.902	60.961
Argentina	282.714	101.051
Austrália	422.175	500.464
China	17.152	16.910
Emirados Árabes	310	4.573
México	243.659	149.559
	3.499.439	3.589.662

continua—☆

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:25:57 -03'00'

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ativo imobilizado, ágio e intangível por região geográfica:

	Consolidado	
	2021	2020
Brasil	957.050	938.025
África	18.388	19.284
Argentina	36.068	24.367
Austrália	229.535	234.221
Canadá	82.321	76.484
China	11.685	15.386
México	34.651	44.015
Uruguai	100	93
Emirados Árabes	349	375
	1.370.147	1.352.250

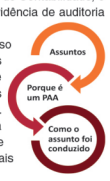
34. Outras informações: Pandemia COVID-19: Desde o início de janeiro de 2020, a pandemia do coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem uma previsão acurada de seu impacto final. Para que a Companhia possa acompanhar e analisar os impactos da Covid-19, foi criado de um Comitê de Crise composto por sua diretoria e alguns gerentes convidados. Neste ambiente estão sendo discutidas diariamente as principais ações adotadas pela Companhia, visando a sustentabilidade operacional. Apesar de ter retomado as suas atividades, adotamos diversas medidas, recomendações e determinações vindas dos órgãos de saúde e autoridades competentes, reiterando o nosso compromisso com a segurança de todos os colaboradores, clientes e demais *stakeholders*. Neste momento, em relação aos contratos de recebíveis firmados com clientes, não identificamos riscos de perdas adicionais aos valores das provisões para perdas já reconhecidas. No entanto, houve renegociações pontuais com alguns clientes visando o alongamento dos prazos de vencimento. Estamos acompanhando o tema com muita proximidade e acreditamos que o nível de provisão para devedores duvidosos da Companhia é adequado a condição de risco que estimamos para os nossos clientes. Com relação a realização dos estoques, não esperamos riscos de realização dos mesmos em valor inferior ao seu custo. Isso se deve inclusive ao fato de que, para os próximos meses, houve um replanejamento dos volumes de compras suportado pelas programações industriais da área específica. Quanto as dívidas já contraídas, obtivemos algumas renegociações no fluxo de pagamentos e não antecipadas restrições à capacidade da Companhia proceder ao seu pagamento na data de vencimento. Adicionalmente, não possuímos contratos de empréstimos com cláusulas restritivas de Covenants. Sobre os ativos não financeiros, até o presente momento não identificamos impactos materiais para a recuperabilidade dos valores registrados considerando as estimativas revisadas de fluxos de caixa futuros esperados. Em relação à variação cambial, a Companhia adota como prática a realização de hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda (quando o pedido ingressa em nosso backlog), assegurando a margem dos negócios. Nessa linha, eventual desvalorização do câmbio implica no reconhecimento de uma despesa no resultado da Companhia. À medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os benefícios da desvalorização do Real em suas margens operacionais. Atualmente, a exposição cambial da Companhia está lastreada no montante da carteira de pedidos firmada com clientes. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos, reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. A Companhia mantém um cenário de liquidez e uma boa posição de caixa - o fluxo de amortização de médio e longo prazo mostra-se adequado. Atualmente, os pedidos firmes somados às medidas de ajustes de custos fixos internos nos permitirão um equilíbrio para os próximos meses. De toda a forma, estamos tomando medidas de contenção de despesas e de investimentos. Até a presente data, as atividades apresentam plenas condições de continuidade das operações.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Marcopolo S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Marcopolo S.A.("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Marcopolo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo S.A. e da Marcopolo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia e suas controladas estão inseridas e levando em consideração os acontecimentos ocorridos durante o exercício. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, estão descritos abaixo.

Porque é um PAA: Redução do ágio ao valor recuperável *(Impairment*) (Notas 2.11 e 14): Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, ágio por expectativa de rentabilidade futura, no montante de R$ 309.760 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores. A administração elabora anualmente teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*). Para esse teste, considera cada uma das empresas adquiridas, localizadas no Brasil, Austrália, Canadá e Argentina, como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) distinta. O referido teste de *impairment* do ágio foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do saldo do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da administração da Companhia em relação às projeções de fluxos de caixa futuros. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento e de desconto e projeções de EBITDA, podem impactar significativamente os fluxos de caixa das UGCs e, consequentemente, os valores recuperáveis das UGCs e do ágio a elas alocados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados. Discutimos com a administração a razoabilidade das premissas significativas utilizadas pela Companhia de acordo com os orçamentos, incluindo as taxas de desconto, de crescimento de vendas e margens no período projetado e na perpetuidade, comparando os cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com os dados históricos. Também, por meio de análises de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas, avaliamos em quais situações as variações individuais ou cumulativas resultariam na necessidade de registro de *impairment* pela Companhia. Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para a avaliação do valor recuperável do ágio são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.

Porque é um PAA: Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes (Nota 18): Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou provisões no montante de R$ 90.802 mil na controladora e R$ 121.567 mil no consolidado, relacionadas a processos judiciais, cuja expectativa de perda foi classificada como provável. A Companhia também possui processos com perdas classificadas como possíveis, e que não foram provisionados, no montante de R$ 368.852 mil na controladora e R$ 418.512 mil no consolidado. Demandas judiciais e passivos contingentes envolvem incerteza inerente em relação ao seu prazo de materialização e ao valor envolvido. Além disso, a determinação da probabilidade de perda em litígios e demandas judiciais em andamento envolve julgamentos críticos por parte da administração, reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Como parte de nossa auditoria, efetuamos a leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia, assim como obtivemos um entendimento dos controles internos mantidos na área. Também avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia e efetuamos a confirmação dos processos com os advogados que patrocinam as causas para obtenção de dados relacionados a avaliação do prognóstico, integridade das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Para os processos classificados como perda provável, efetuamos testes de recálculo do valor de exposição dos principais processos judiciais e administrativos e teste de atualização monetária desses processos, conforme legislação aplicável. Adicionalmente, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para demandas judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes, com as informações dos consultores jurídicos internos e externos.

Porque é um PAA: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.8 e 8): A Companhia possui saldo de contas a receber de clientes sujeito ao risco de crédito com a contraparte. A Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil do ativo, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. O aumento no risco de crédito considera a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável do crédito e a utilização de premissas e fatores, incluindo, entre outros, condições macroeconômicas, garantias, níveis de inadimplência e políticas de renegociação. Por se tratar de uma estimativa contábil elaborada pela administração e sujeita ao exercício de julgamentos críticos, o tema foi considerado como área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados à análise de crédito, bem como testes dos controles sobre o ambiente de tecnologia da informação que suportam a estrutura de controles da Companhia. Adicionalmente, obtivemos o entendimento e revisamos as premissas utilizadas para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber, considerando o percentual histórico para determinação das perdas esperadas, os níveis de inadimplência, existência de garantias e eventuais renegociações. Realizamos uma análise retrospectiva da estimativa registrada no exercício anterior, comparando-a com os resultados reais auferidos no exercício corrente e testamos os cálculos matemáticos e modelos que suportam a provisão da administração, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para a determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa estão razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos da administração.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador - CRC 1SP198156/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURO GILBERTO BELLINI – Presidente
PAULO CEZAR DA SILVA NUNES – Vice-Presidente
DAN IOSCHPE – Conselheiro
DENISE CASAGRANDE DA ROCHA – Conselheira
MARIA APARECIDA METANIAS HALLACK – Conselheira
HENRIQUE BREDDA – Conselheiro
JOSÉ RUBENS DE LA ROSA – Conselheiro
EDUARDO FREDERICO WILLRICH – Secretário

DIRETORIA

JAMES EDUARDO BELLINI – Diretor Geral
JOSÉ ANTONIO VALIATI – Diretor de Controladoria e Finanças e de Relações com Investidores

CONTADOR

LEANDRO ANTONIO BASSO
CRC-RS 59.513/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, PwC - PricewaterhouseCoopers, datado de 24.02.2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas".

Caxias do Sul, 24 de fevereiro de 2022

Francisco Sérgio Quintana da Rosa – Presidente do Conselho Fiscal
Cristiano Machado Costa
William Cordeiro

EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO

LIGUE
54 3218.1234

AO TEU LADO
Pioneiro

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:26:27 -03'00'

Moneo
O BANCO DA Marcopolo

Banco Moneo S.A.

CNPJ: 07.441.209/0001-30
NIRE 43 3 0004531-5

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante	**336.003**	**351.012**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.296**	**51.683**
Disponibilidade	10	16
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.286	51.667
Aplic. em oper. compromissadas - LTN (nota 4)	43.286	51.667
Ativo Realizável em Até 12 Meses	**292.707**	**299.329**
Operações de Crédito	265.797	282.955
Setor Privado (nota 5.a)	279.616	297.845
Prov. p/ oper. de créd. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(13.819)	(14.890)
Outros Créditos	18.001	8.179
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	15.889	4.903
Outros créditos diversos (Nota 6)	2.384	3.470
Prov. p/ outros créd. de liquid. duv. (Nota 5.e)	(272)	(194)
Outros Valores e Bens (Nota 7)	8.909	8.195
Não Circulante	**417.233**	**460.113**
Realizável a Longo Prazo	**415.515**	**459.136**
Operações de Crédito	377.872	419.168
Setor privado (Nota 5.a)	393.621	436.531
Prov. p/ oper. de créd. de liquid. duv. (Nota 5.e)	(15.749)	(17.363)
Outros Créditos	37.643	39.968
Imposto de renda e CS diferidos (Nota 15.b)	28.996	27.713
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	8.932	12.669
Provisão p/ outros créd. de liquid.duv. (Nota 5.e)	(285)	(414)
Investimentos	**100**	**–**
Cota Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	100	–
Imobilizado de Uso	**1.354**	**606**
Imobilizado de uso	2.033	1.192
Depreciações acumuladas	(679)	(586)
Intangível	**264**	**371**
Intangível	1.934	1.888
Amortizações acumuladas	(1.670)	(1.517)
Total do Ativo	**753.236**	**811.125**

Passivo	2021	2020
Circulante	**238.411**	**255.123**
Depósitos	**43.150**	**43.231**
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	16.230	20.205
Depósitos a prazo (nota 8)	26.920	23.026
Obrig. Por Repasses do País - Instit. Ofic.	**178.469**	**197.913**
Bndes (Nota 9)	178.469	197.913
Outras Obrigações	**16.792**	**13.979**
Cobr. e arrecad. de trib. e assem.	17	3
Sociais e Estatutárias	2.621	3.665
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	9.702	5.134
Outras obrigações (Nota 11)	4.452	5.177
Não Circulante	**287.650**	**337.240**
Exigível a Longo Prazo	**285.783**	**334.479**
Obrig. por Rep. do País - Instit. Ofic.	285.783	334.479
BNDES (Nota 9)	285.783	334.479
Provisões para Contingências	**1.540**	**1.842**
Provisões para contingências (Nota 12)	1.540	1.842
Resultados de Exercícios Futuros	**327**	**919**
Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	327	919
Patrimonio Líquido (Nota 14)	**227.175**	**218.762**
Capital	150.000	150.000
Reservas de lucros	77.175	68.762
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**753.236**	**811.125**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demostrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de lucros			
	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	150.000	8.711	48.279	–	206.990
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	15.437	15.437
Destinações:					
Dividendos propostos (nota 14 c)	–	–	–	(3.665)	(3.665)
Reservas de Lucros	–	772	11.000	(11.772)	–
Em 31 de dezembro de 2020	150.000	9.483	59.279	–	218.762
Variação do Exercício	–	772	11.000	–	11.772
Em 31 de dezembro de 2020	150.000	9.483	59.279	–	218.762
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	11.034	11.034
Ajuste de avaliação patrimonial					
Destinações:					
Dividendos propostos (nota 14 c)	–	–	–	(2.621)	(2.621)
Reservas de Lucros	–	552	7.861	(8.413)	–
Em 31 de dezembro de 2021	150.000	10.035	67.140	–	227.175
Variação do Exercício	–	552	7.861	–	8.413
Em 30 de junho de 2021	150.000	9.735	64.055	–	223.790
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	6.006	6.006
Ajuste de avaliação patrimonial					
Destinações:					
Dividendos propostos (nota 14 c)	–	–	–	(2.621)	(2.621)
Reservas de Lucros	–	300	3.085	(3.385)	–
Em 31 de dezembro de 2021	150.000	10.035	67.140	–	227.175
Variação do Exercício	–	300	3.085	–	3.385

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstração do resultado abrangente, relativas ao semestre findo nessa data. O Conselho de Administração do Banco Moneo se reuniu em 27/04/2020 e aprovou a eleição dos senhores José Antonio Valiati para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e Riscos, Rodrigo Tolotti para o cargo de Diretor de Crédito e Cobrança e Eraldo Paim de Araújo para o cargo de Diretor Comercial. **Ações Sociais:** O Banco Moneo colabora mensalmente com a Lei de Incetivo a Cultura do Município de Caxias do Sul através de doação de parte do ISSQN devido e com a Fundação Marcopolo que possui projetos de assistência social. Pensando no bem-estar e saúde de seus funcionários e familiares, devido a pandemia do COVID-19, o Banco Moneo oportunizou aos seus funcionários a possibilidade de realização de suas tarefas remotamente disponibilizando acessos e equipamentos necessários. Este trabalho remoto perdurou até outubro/2021. **Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos:** O Estatuto Social do Banco Moneo prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária. Caxias do Sul, 25 de fevereiro de 2022.

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. de 2021	2021	2020
Receitas da Intermediação Financeira	47.034	97.832	96.551
Operações de crédito	46.056	96.369	95.247
Result. de oper. com tít. e val. mobil.	978	1.463	1.304
Desp. da Intermediação Financeira	(21.446)	(54.364)	(45.869)
Operações de captação no mercado	(1.454)	(2.155)	(2.355)
Operações de empréstimos e repasses	(19.667)	(39.050)	(36.975)
Prov. p/créd. de liquid. duv. (Nota 5.f)	(325)	(13.159)	(6.539)
Resultado Bruto da Interm. Financ.	25.588	43.468	50.682
Outras Rec. (Despesas) Operac.	(10.225)	(19.096)	(22.351)
Rendas de tarifas bancárias	355	882	1.372
Despesas de pessoal	(5.584)	(10.634)	(12.337)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(3.153)	(5.555)	(6.626)
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.161)	(2.261)	(2.408)
Outras rec. (desp.) oper. líq. (Nota 19)	(682)	(1.528)	(2.352)
Resultado Operacional	15.363	24.372	28.331
Resultado Não Operacional (Nota 20)	(2.746)	(2.789)	(568)
Res. Antes da Trib. S/ o Lucro	12.617	21.583	27.763
Imposto de Renda e CS	(6.611)	(10.549)	(12.326)
Corrente (Nota 15.a)	(7.862)	(11.832)	(6.769)
Diferido (Nota 15.a)	1.251	1.283	(5.557)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**6.006**	**11.034**	**15.437**
Lucro Líq. do Sem./Exerc. Por Ação - R$	**0,040**	**0,074**	**0,103**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	2021	2020
Resultado do Semestre/Exercício	6.006	11.034	15.437
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado Abrang. do Semestre/Exercício	6.006	11.034	15.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. de 2021	2021	2020
Fluxo de caixa das ativ. operacionais			
Lucro Líquido do semestre/exercício	6.006	11.034	15.437
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7.862	11.832	6.769
Diferido	(1.251)	(1.283)	5.557
Lucro antes do IR e da CS	12.617	21.583	27.763
Movim. que n/ afetam o fluxo de caixa	4.123	16.171	6.052
Depreciações e amortizações	127	249	257
Prov. p/ créd. de liq.duv. (nota 5.f)	325	13.158	6.541
Prov. líq. dos bens n/de uso (nota 7)	3.671	2.764	(746)
(Aum.) redução nos ativos operac.	(3.213)	39.137	(84.663)
(Aum.) redução em oper. de crédito	6.606	45.295	(88.079)
(Aumento) redução em outros créditos	(9.819)	(6.158)	3.416
(Red.) aum. nos passivos operac.	992	(77.089)	86.459
(Aum.) redução em outras obrigações	861	(5.400)	(438)
Resultados de exercícios futuros	(245)	(593)	664
(Aum.) redução em obrig. por repasse	7.167	(68.141)	75.611
(Aumento) redução em depósitos	(5.498)	(80)	14.190
Imposto de renda e CS pagos	(1.293)	(2.875)	(3.568)
Caixa proven./ (aplic.) das oper.	14.519	(198)	35.611
Fluxos de caixa das ativ. de invest.	(7.557)	(4.522)	4.005
Aquisição de imobilizado	(688)	(991)	(346)
Vendas de bens não de uso	4.407	11.725	16.275
(Retomada) de bens não de uso	(11.276)	(15.256)	(11.924)
Fluxos de caixa das ativid. de financ.	–	(3.666)	(5.297)
Dividendos pagos	–	(3.666)	(5.297)
Aum. (red.) do caixa e equiv. de caixa	6.962	(8.386)	34.319
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No inicio do semestre (nota 4)	36.334	51.682	17.364
No final do semestre (nota 4)	43.296	43.296	51.683
Aum. (red.) do caixa e equiv. de caixa	6.962	(8.386)	34.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
Saldos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emandas da Lei 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: · Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual CPC 00 (R1) · Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos CPC 01 (R1) · Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis · Resolução nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 03 (R2) · Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível (R1) · Resolução nº 3.750/09 e Circular nº 3.463/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 05 (R1) · Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações CPC 10 (R1) · Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro CPC 23 · Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente CPC 24 · Resolução nº 3.823/09, Circular nº 3.484/10 e Carta-Circular nº 3.429/10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 25 · Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado CPC 27 · Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a Empregados CPC 33 (R1) · Resolução nº 4.748/19 - Mensuração a valor justo CPC 46 · Resolução BCB nª 02 de 12 agosto de 2020 - Procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 19 de janeiro de 2022. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. c. **Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(a) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(b) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização *("accrual")* das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo *("write-offs")* são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro para o período de 1º de janeiro a 30 junho de 2021 é calculada a 20%. E para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 é calculada a 25%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **h. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **(a) Ativos contingentes** - São reconhecidos somente quando efetivamente ganhos ou quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **(b) Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **i. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **j. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de caixa e equivalentes de caixa era composto como segue:

	2021	2020
Oper. Compromissadas / Posição Bancada		
Disponibilidades	10	16
Letra do Tesouro Nacional - LTN	43.286	51.667
Total	**43.296**	**51.683**

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente. Com remuneração média de DI (-) 0,05%. **5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido. **a . Composição das Operações de Crédito por Modalidade**

	2021	2020
Operações de Crédito		
Empréstimos	144.507	136.377
Títulos descontados	10.827	7.878
Compror	1.187	1.255
Financiamentos	516.716	588.866
TOTAL	**673.237**	**734.376**
Circulante	279.616	297.845
Realizável a longo prazo	393.621	436.531
TOTAL	**673.237**	**734.376**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Circulante	(13.819)	(14.890)
Realizável a longo prazo	(15.749)	(17.363)
	(29.568)	(32.253)
TOTAL LÍQUIDO	**643.669**	**702.123**
	2021	2020
Outros créditos		
Outros créd. com caract. de conc. de créd. (nota 5.d)	24.820	17.572
Prov. p/ outros créd. de liquid.duv. (nota 5.d)	(557)	(608)
TOTAL LÍQUIDO	**24.263**	**16.964**
Circulante	15.889	4.903
Realizável a longo prazo	8.932	12.669
	24.821	17.572
	2021	2020
Total das operações de crédito e outros créditos	698.057	751.948
Total da provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(30.125)	(32.861)
TOTAL GERAL LÍQUIDO	**667.932**	**719.087**

b. Concentração dos Maiores Tomadores de Crédito

CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	2021	%	2020	%
10 maiores devedores	56.958	8,16	64.259	8,55
50 seguintes maiores devedores	158.064	22,64	181.915	24,19
100 seguintes maiores devedores	181.707	26,03	192.897	25,65
Demais devedores	301.328	43,17	312.877	41,61
TOTAL	**698.057**	**100**	**751.948**	**100**

C. Composição da Carteira por Vencimento

Vencimento	Emprést.	Títulos descont.	Compror	Financiam.	Outros créditos c/ caract. de concessão de crédito	2021	2020
Vencidos	3.543	329		3.629	432	7.933	5.771
A vencer							
Até 3 meses	18.966	10.498	1.187	54.902	11.773	97.326	91.344
De 3 a 12 meses	40.387	–	–	146.175	3.684	190.246	205.634
De 1 a 3 anos	69.628	–	–	245.555	5.215	320.398	340.615
Após 3 anos	11.983	–	–	66.455	3.716	82.154	108.584
TOTAL DA CARTEIRA	**144.507**	**10.827**	**1.187**	**516.716**	**24.820**	**698.057**	**751.948**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(15.757)**	**(503)**	**(8)**	**(13.300)**	**(557)**	**(30.125)**	**(32.861)**
TOTAL LÍQUIDO	**128.750**	**10.324**	**1.179**	**503.416**	**24.263**	**667.932**	**719.087**

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

D. CARTEIRA

	CARTEIRA					
Níveis de risco	Perc. prov.	Oper. de créd.	Avais e fianças (d.1)	Outros créditos	2021	2020
AA	0,00%	12.975	–	–	12.975	4.111
A	0,50%	98.971	2.500	9237	110.708	124.713
B	1,00%	370.647	–	11.531	382.178	455.401
C	3,00%	124.398	–	140	124.538	114.009
D	10,00%	24.289	–	3.912	28.201	19.380
E	30,00%	21.889	–	–	21.889	5.540
F	50,00%	12.067	–	–	12.067	18.667
G	70,00%	3.712	–	–	3.712	12.505
H	100,00%	4.289	–	–	4.289	2.601
TOTAL		673.237	2.500	24.820	700.557	756.927

CONTINUA >>>

EDITAIS TÊM
ESPAÇO RESERVADO
LIGUE
54 3218.1234
AO TEU LADO
Pioneiro

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:26:50 -03'00'

Continuação >>> Banco Moneo S.A. CNPJ: 07.441.209/0001-30 NIRE 43 3 0004531-5 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Saldos em milhares de reais

	PROVISÃO					
Níveis de risco	Perc. prov.	Oper. de créd.	Avais e fianças (d.1)	Outros créditos	2021	2020
AA	0,00%	–	–	–	–	–
A	0,50%	481	12	47	540	624
B	1,00%	3.580	–	115	3.695	4.554
C	3,00%	3.671	–	4	3.675	3.420
D	10,00%	2.348	–	391	2.739	1.938
E	30,00%	6.567	–	–	6.567	1.662
F	50,00%	6.033	–	–	6.033	9.334
G	70,00%	2.598	–	–	2.598	8.753
H	100,00%	4.290	–	–	4.290	2.601
TOTAL		29.568	12	557	30.137	32.886

(d.1) Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R$ 2.500 (R$ 4.979 em 31 de dezembro de 2020) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Finame, Finame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R$ 12 (R$ 25 em 31 de dezembro de 2020), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R$ 12 (R$ 25 em 31 de dezembro de 2020) e exigível a longo prazo R$ 0 "zero" (R$ 0 "zero" em 31 de dezembro de 2020) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99. **E. Composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosas - PCLD**

	2021	2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.568	32.253
Prov. p/ avais e fianças de liquid. duvid. (Vide d.1)	12	25
Provisão p/ outros créditos de liquidação duvidosa	557	608
TOTAL	**30.137**	**32.886**
Circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.819	14.890
Prov. p/ avais e fianças de liquid. duvid. (Vide d.1)	12	25
Provisão p/ outros créditos de liquidação duvidosa	272	194
TOTAL	**14.103**	**15.109**
Realizável a longo prazo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.749	17.363
Provisão p/ outros créditos de liquidação duvidosa	285	414
TOTAL	**16.034**	**17.777**
TOTAL GERAL DE PROVISÃO	**30.137**	**32.886**

F. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	2º semestre		
	2021	2021	2020
Saldo inicial	35.803	32.886	27.344
Baixas por perdas	(5.991)	(15.907)	(997)
Constituição	325	13.158	6.539
SALDO FINAL	**30.137**	**30.137**	**32.886**

G. Renegociações e Recuperações: Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R$ 300.090 (R$ 453.980 em 31 de dezembro de 2020), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R$ 15.907 (R$ 997 em 31 de dezembro de 2020) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R$ 10.506 (R$ 11.446 em 31 de dezembro de 2020). A carteira de renegociação com capital próprio em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 84.667, e apresenta 15,74% (R$ 71.112 - 23,73% em 2020) de provisionamento. As renegociações englobadas pela Circular SUP/ADIG Nº 12/2020-BNDES DE 28.03.2020, tratadas como BNDES Renegociação Emergencial no exercício totalizaram em carteira R$ 212.037 representado 30,38% da carteira total e 45,08% da carteira com recursos do BNDES e apresentam 3,10% de provisionamento. **6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS**

	2021	2020
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	452	296
Convênios a receber (a)	1.301	2.426
Valores a receber de clientes (b)	–	300
Outros créditos	631	448
TOTAL - CIRCULANTE	**2.384**	**3.470**

a. Convênios a receber: Valores a receber de cobrança bancária a compensar em D + 1. **b. Valores a receber de clientes:** Valores a receber de clientes referentes a despesas pagas por conta de despesas com regularização de bens recebidos em dação de pagamento de operações de crédito. **7. OUTROS VALORES E BENS: a. Os saldos de Bens não de Uso são conforme segue:**

	2021	2020
Imóv. rec. em dação de pag.(bens não de uso)	21.945	26.399
Prov. p/ perdas em imóv. registr.bens não de uso	(16.535)	(20.166)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	10.273	2.287
Prov. p/ perdas em veíc. registr. em bens não de uso	(6.774)	(378)
Despesas Antecipadas		53
TOTAL	**8.909**	**8.195**

b. A movimentação referente Bens Não de Uso é conforme segue:

	2º Sem.		
	2021	2021	2020
Saldo Anterior	5.711	8.142	11.747
Retomada no período	11.276	15.256	11.924
Vendas no período	(4.407)	(11.725)	(16.275)
Provisões líquidas do período	**(3.671)**	**(2.764)**	**746**
Saldo Atual	8.909	8.909	8.142

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Os laudos dos imóveis foram atualizados ao final do ano de 2021 não sendo necessário realizar novas provisões. **8. DEPÓSITOS A PRAZO E INTERFINANCEIROS:** Os depósitos estão assim demonstrados:

	2021	2020
Interfinanceiros	16.230	20.205
Depósitos a prazo	26.920	23.026
TOTAL	**43.150**	**43.231**

Os depósitos interfinanceiros estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros pré-fixada de 10,85% e tem vencimento de até 6 meses. Os depósitos estão registrados na B3 Brasil Bolsa Balcão. Os depósitos a prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros pré-fixada de 11,29% com vencimentos até o ano de 2024; e pós-fixada de 9,58 com vencimentos até o ano de 2026. **9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS**

REPASSES			2021	2020
	Pré	Pós	Total	
2022	126.767	51.702	178.469	197.913
2023	116.479	22.703	139.182	152.949
2024	81.667	9.581	91.248	105.796
2025	35.924	4.653	40.577	58.246
2026	12.120	1.725	13.845	17.106
2027	925	6	931	382
TOTAL	**373.882**	**90.370**	**464.252**	**532.392**
Circulante	126.767	51.702	178.469	197.913
Exigível longo prazo	247.115	38.668	285.783	334.479
TOTAL	**373.882**	**90.370**	**464.252**	**532.392**

	2021	2020
Operações Pré fixadas	373.882	197.913
Operações Pós fixadas	90.370	334.479
TOTAL	**464.252**	**532.392**

Os recursos internos representam captações do BNDES. Essas obrigações têm vencimentos mensais até janeiro de 2027, com incidência de encargos financeiros nas operações pré fixadas à uma taxa média ponderada de 8,56% ao ano e nas operações pós fixadas à uma taxa média ponderada de 1,97% ao ano, a qual é adicionada da variação da taxa TJLP 5,32% ao ano (25,10% das operações Pós) ou adicionada da variação da taxa Selic 9,15% ao ano (28,63% das operações Pós) ou adicionada da variação IPCA 10,74% ao ano (46,27% das operações Pós). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito. **10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	2021	2020
Imposto de renda	4.342	2.363
Contribuição social	4.615	2.034
Outras (a)	745	737
TOTAL - CIRCULANTE	**9.702**	**5.134**

a. O valor em "outras" refere-se sobretudo a, impostos retidos sobre serviços de terceiros R$13 (R$ 9 em 2020), impostos sobre folha de pagamento R$ 516 (R$ 501 em 2020) e PIS, COFINS e ISSQN R$ 216 (227 em 2020). **11. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	2021	2020
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	4.087	4.389
Prov. p/ avais e fianças de liquidação duvid. (nota 5.d)	12	25
Operações de crédito a liberar (b)	7	86
Recebimentos antecipados de operações de créditos	–	19
Outras (c)	346	658
	4.452	5.177
Circulante	4.452	5.177
Exigível a longo prazo	–	–

a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R$ 3.708 (R$ 3.894 em 2020). **b)** As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de desembolso a clientes, no prazo médio de três dias. **c)** O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada. **12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS:** Em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado no "Exigível a Longo Prazo". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

a.	2021	2020
Passivos contingentes - processos cíveis	505	402
Passivos contingentes - processos trabalhistas	1.035	1.440
	1.540	1.842

b. A movimentação de passivos contingentes cíveis é cfe. segue:

	2021	2020
Saldo inicial	402	402
Provisões cíveis no período	104	–
(-) Reversão de provisões cíveis no período	–	–
(-) Utilização	–	–
Saldo Final	506	402

b. A movimentação de passivos contingentes trabalhistas é cfe. segue:

	2021	2020
Saldo inicial	1.440	1.615
Provisões cíveis no período	20	820
(-) Reversão de provisões cíveis no período	(425)	(53)
(-) Utilização	–	(942)
Saldo Final	1.035	1.440

a. Processos cíveis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R$ 316 (R$ 10.150 em 31 de dezembro de 2020) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 4 ações em 2021 e 7 ações em 2020. **b. Processos trabalhistas -** tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R$ 29 (R$ 333 em 31 de dezembro de 2020) referente a processo trabalhista em que o Banco Moneo foi citado em processo movido contra a empresa Rondai Segurança Ltda que prestava serviço de vigilância em um imóvel do Banco Moneo. **c. Processos Tributários -** trata-se de pedido de ressarcimento de CSLL, paga a maior em função de equivocada interpretação de alteração legislativa que majorou a alíquota da referida contribuição. O valor de contigência possível em 2021 é R$ 508, composto por uma ação. **13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS:** Constituídos por receitas com interveniência, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil *"Leasing" e "Finame Leasing"* em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2021	2020
2021	–	546
2022	327	373
	327	919

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R$ 150.000.000,00. **b. Reservas de lucros**: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 67.140 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembléia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2021, foram pagos dividendos no montante de R$ 3.666 referente ao ano de 2020.

	2021	2020
Resultado do exercício	11.034	15.437
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(552)	(772)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	10.482	14.665
Dividendos propostos	2.621	3.666

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º sem.		
	2021	2021	2020
Resultado antes da tributação	12.618	21.583	27.763
Imposto de renda e CS às alíq. nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(5.677)	(9.712)	(12.493)
Aj. contrib. social jan e fev 2020 (5%)	–	–	236
Base de Cálculo CSLL Jul a Dez 25%	(631)	(631)	–
Crédito Tributário Competência 2020	(96)	(145)	–
Crédito tributário a aproveitar de Jul a Dez/2021 alíq. 5%	(163)	–	–
CSLL pagto 25% e Crédito 20%	(238)	(238)	–
Adições perman. no imposto corrente	(157)	(243)	(335)
Benif. fisc. Vale cult., PAT e doações	339	396	242
Adicional 10% IRPJ	12	24	24
Imposto de renda e CS no resultado	(6.611)	(10.549)	(12.326)
IRPJ corrente	(3.850)	(6.090)	(3.815)
CSLL corrente	(4.012)	(5.742)	(2.954)
IRPJ diferido	668	559	(2.957)
CSLL diferido	583	724	(2.600)
	(6.611)	(10.549)	(12.326)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2021	2020
Diferenças temporárias		
Provisão para créditos de liquidação duv. (nota 5.e)	30.137	32.886
Créditos baixados para prejuízo	9.449	4.404
Provisão para PLR, Bônus	–	–
Provisão para contingências	1.541	1.842
Base de cálculo negativa CS e IR	–	1.909
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	23.309	20.544
Base de cálculo para Imposto de Renda	**64.436**	**61.585**
Base de cálculo para Contribuição Social	**64.436**	**61.585**
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	16.109	15.396
Impostos diferidos - Contribuição social 20%	12.887	12.317
Ativo fiscal diferido	**28.996**	**27.713**
Real. a longo prazo (classificado em "Outros créd.")	28.996	27.713
Ativo fiscal diferido total	**28.996**	**27.713**

c. Movimentação

	2021	2020
Saldo anterior, em 31 de dezembro de 2020	27.568	33.270
Crédito tributário líquido constituído	12.651	–
Crédito tributário líquido realizado	(11.223)	(5.557)
Saldo atual, em 31 de dezembro de 2021	**28.996**	**27.713**

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

PERÍODO	2021	2020
2021	–	11.512
2022	14.035	5.491
2023	8.384	10.705
2024	6.515	1
2025	18	4
2026	31	–
2027	13	–
	28.996	**27.713**

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2021, calculado com base na taxa média de captação de 9,15% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R$ 26.549 (R$ 25.481 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 1,90% a.a.). **16. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2021, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 27,03%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º sem.		
	2021	2021	2020
Despesas de processamento de dados	**782**	**1.512**	**1.244**
Despesas com localização e funcionamento	**160**	**330**	**369**
Despesas de propaganda e publicidade	**48**	**104**	**109**
Despesas de serviços do sistema financeiro	**550**	**969**	**857**
Despesas de serviços técnicos especializ.	**344**	**609**	**1.311**
Despesas de viagem no país	**472**	**723**	**898**
Depreciações e amortizações	**127**	**249**	**257**
Custas jud. e cartorárias de bens retomadas	**180**	**424**	**1.022**
Outras	**490**	**635**	**559**
TOTAL	**3.153**	**5.555**	**6.626**

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

		2º sem.		
	ALÍQUOTA	2021	2021	2020
Progr. de integr. social (PIS)	0,65%	160	306	310
Contrib. p/ o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	983	1.881	1.908
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	18	44	69
Outras despesas tributárias		–	30	121
TOTAL		**1.161**	**2.261**	**2.408**

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2º sem. de 2021	2021	2020
Recuperacao de Encarg.e Desp.	310	440	331
Rev. prov. operac. com veíc. apreen.	–	–	2.039
Rev. prov. p/ conting. fisc. e trabal.	104	425	995
Atual. saldo conta garant. e difer. pagto liber.	(2)	(3)	(2)
Desp. com veíc. apreend.(bens não de uso)	(892)	(1.683)	(2.007)
Despesas com perdas ações judiciais	(6)	(373)	(1.549)
IOF Empréstimo e Financ. Interveniência	(92)	(210)	(62)
Prov. de bens apreend. (bens não de uso)	–	–	(1.277)
Prov. p/ conting. fiscais e trabalhistas	(104)	(124)	(820)
TOTAL	**(682)**	**(1.528)**	**(2.352)**

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º sem.		
	2021	2021	2020
Prej. em Trans.c/Vlrs. e Bens	(284)	(1.941)	(3.145)
Desp.de Prov. Não Operacionais	(5000)	(6.679)	–
Outras Desp. Não Operacionais(a)	–	–	(1)
Despesas não operacionais	**(5.284)**	**(8.620)**	**(3.146)**
Lucros em Trans.c/Vlrs. e Bens	23	31	547
Rendas de Aluguéis	14	26	8
Reversão de Prov.Não Operacionais	1.328	3.915	–
Outras Rendas Não Operacionais	1.173	1.859	2.023
Receitas não operacionais	**2.538**	**5.831**	**2.578**
	(2.746)	**(2.789)**	**(568)**

a) As despesas referem-se substancialmente a resultados negativos na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento) e a provisão para a desvalorização dos mesmos. b) Os valores de receitas referem-se principalmente a resultado positivo na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento) e a reversão da provisão para desvalorização dos mesmos. **21. PARTES RELACIONADAS:** a. Transações e saldos: Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R$ 180 (R$ 168 em 31 de dezembro de 2020) no exercício para a Marcopolo S.A. Os dividendos referentes ao exercício de 2020 foram pagos para a Controladora em 31 de março de 2021. Os dividendos referentes ao exercício de 2019 foram pagos para a Controladora em 30 de março de 2020. Em 10 de janeiro de 2020, o Banco Moneo obteve junto à Marcopolo S.A. captação de recursos no montante de R$ 22.000, com juros de 105% do CDI, para financiar seu programa de expansão (aumento de carteira de operações de crédito). A captação vence em 10 de janeiro de 2025. Foram efetuadas operações de Desconto de Duplicatas no montante de R$ 273 e Empréstimo no montante de R$ 311, para a empresa Apolo Soluções em Plástico Ltda. Foram efetuadas operações de Cessão de Desconto de Duplicata com a Empresa Agrale S/A, sendo o sacado a empresa Volare Veículos Ltda no montante de R$ 4.439 e também a empresa San Marino Onibus Ltda no montade de R$ 27.295. No encerramento do exercício o saldo em aberto referente operações com partes relacionadas é de R$ 7.198 que correspondem a operações de Cessão de Descontos de Duplicatas da empresa Agrale S/A, tendo como sacado a empresa San Marino Onibus Ltda. Remuneração do pessoal-chave da administração: Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2019 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R$ 1.950. Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram despesas no valor de R$ 1.936 (R$ 1.994 em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

	2021	2020
Remuneração - pró-labore	962	1.011
Encargos sociais	216	227
Benefícios agregados	758	756
	1.936	**1.994**

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do CMN. b. Outras informações: O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **22. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2021 foi despendido em contribuições o montante de R$ 123 (R$ 124 em 2020). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e característica dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação àqueles vigentes em 31 de dezembro de 2020.

	2021	2020
Valor pres. das obrig. atuari. total ou parc. cobertas	(3.953)	(4.381)
Valor justo dos ativos do plano	4.595	4.767
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(642)	(386)
Ativo (Passivo) líquido calculado	–	–

A MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO LÍQUIDO ATUARIAL É COMO SEGUE

	2021	2020
Passivo líquido no início do exercício	–	–
Ganho (perda) reconhecida	(21)	11
Despesas no ano	(11)	(54)
Contribuições reais da empresa no ano	32	43
Passivo líquido provisionado não revertido no período	–	–
Passivo líquido no final do exercício	–	–

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

DESPESAS	2021	2020
Custo de serviço corrente	12	57
Custo serviço passado - alterações do plano	–	–
Juros sobre a obrigação atuarial	306	295
Remuneração dos efeitos reconhecimendos em ORA	(307)	(298)
Contribuições de funcionários	–	–
	11	**54**

As principais premissas atuariais na data do balanço são: **a. Hipóteses econômicas**

	PERCENTUAL AO ANO	
	2021	2020
Taxa de desconto	8,88	7,17
Taxa de crescimento salarial	5,73	5,73
Inflação	3,25	3,25

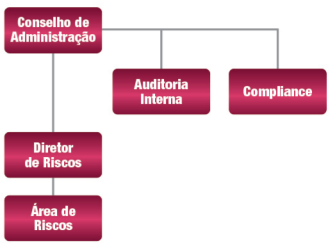
(a) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,25% a.a mais juros 5,63% a.a. para o ano de 2021 (inflação de 3,25% a.a. mais juros de 3,92% a.a. para o ano de 2020).

Hipóteses demográficas

	2019 e 2018
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2022 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson. **23. ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DO CAPITAL: FINALIDADE:** Buscando aderência às exigências estabelecidas por órgãos reguladores, assim como preocupado em manter a qualidade de seus ativos, objetivando crescimento sustentável e contribuindo para um sistema financeiro saudável e responsável, o Banco Moneo implementou a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento do Capital. **RISCOS:** O não cumprimento dos procedimentos pode inviabilizar a continuidade regular das atividades da Instituição, gerando perdas financeiras e prejudicando a imagem do Banco perante aos clientes e a comunidade. **RESPONSÁVEIS:** Todos os colaboradores. **DEFINIÇÕES/PREMISSAS: 1. Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS):** O apetite a riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição enquanto a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. A Declaração de Apetite por Riscos sintetiza a cultura de risco do Banco Moneo e orienta os processos que norteiam o planejamento estratégico. Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração que, por meio de decisões colegiadas, definem demais objetivos expressos em metas e limites para as unidades de negócio. A instituição demonstra as atividades e controles que possui para mitigar os riscos aos quais está exposta, assim como apresenta o gerenciamento destes riscos informando a posição quanto à exposição. A Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) realça a existência de um rigoroso processo de responsabilidades nas funções operacionais, nos controles, assim como nas ações mitigatórias. É monitorada permanentemente pelos membros do Conselho de Administração assim como dissemina a cultura de riscos a toda instituição.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



2. Gerenciamento de Riscos: Com a finalidade de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a Estrutura de Gerenciamento de Riscos possui como atribuições a identificação, avaliação e mitigação dos Riscos de Liquidez, de Crédito, Mercado, Operacional e Socioambiental. **2.1. Risco de Liquidez:** O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. O Gerenciamento do Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, medir, acompanhar e monitorar a possibilidade de descasamento de fluxos de caixa, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar as estratégias e planos para aprimorar o controle e gestão de riscos, assim como do

CONTINUA >>>

EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO
LIGUE 54 3218.1234
AO TEU LADO
Pioneiro

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:27:13 -03'00'

Continuação >>>

Banco Moneo S.A. CNPJ: 07.441.209/0001-30 NIRE 43 3 0004531-5 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Saldos em milhares de reais

plano de contingência. · Propor procedimentos e mecanismos destinados ao monitoramento e controle dos riscos. · Identificar os fatores de risco que possam impactar negativamente o fluxo de caixa e o monitoramento dos níveis diários de liquidez, assim como recomendar medidas ao Comitê de Controles Internos e Riscos, com vistas à manutenção de volumes financeiros compatíveis com o grau de risco das operações conduzidas pelo Banco. · Acompanhar diariamente o fluxo de caixa do Banco, considerando os horizontes de 30, 60 e 90 dias, disponibilizando informações para fins de monitoramento. **2.2. Risco de Crédito:** O Banco Moneo define Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo de gestão está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com o ciclo do crédito, permitindo a adequada identificação, mensuração, controle, mitigação e reporte dos riscos de crédito. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar, implementar, acompanhar e monitorar a política corporativa de crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito. · Avaliar a qualidade da carteira de crédito. · Analisar a inadimplência do Banco e tomar ações necessárias para recuperação de perdas esperadas e inesperadas. · Definir os níveis de alocação de capital para crédito de acordo com limites de exposição por cliente e operação assim como as metodologias para gestão da carteira. · Realizar os testes de estresse sobre a carteira de crédito de forma periódica e submeter o resultado para apreciação da alta administração. **2.3. Risco de Mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócio, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. ATRIBUIÇÕES: · Aprovar e monitorar as políticas e estratégias para gerenciamento do risco de mercado sobre posições detidas pelo Banco. · Validar as metodologias utilizadas, analisando o cenário político e econômico nacional e avaliar os descasamentos entre ativos e passivos, moedas e taxas de juros. · Avaliar e fornecer parecer sobre a matriz de riscos global, apoiando a definição dos níveis de risco de mercado aceitáveis. · Reportar periodicamente, por meio de relatórios, os cálculos e o resultado da análise do risco de mercado por meio da metodologia VaR e atender às demandas do Banco Central do Brasil com relação ao cálculo e ao envio de informações pertinentes às posições prefixadas, bem como exigência de capital (EC). **2.4. Risco Operacional:** O Banco Moneo define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. Atendendo determinações dos órgãos reguladores bem como visando aprimorar seus controles internos, a instituição desenvolveu procedimentos para Gerenciar o Risco Operacional a qual está exposta. Este processo tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. ATRIBUIÇÕES: · Analisar e aprovar políticas, procedimentos e processos para monitorar o gerenciamento do risco operacional, assegurando estrutura funcional adequada às necessidades da instituição. · Avaliar os resultados dos relatórios de Gerenciamento do Risco Operacional recomendando ajustes e alterações na estrutura, caso necessário. · Estabelecer limites e controles do risco, reportando ao Comitê de Controles Internos e Riscos anualmente a análise dos riscos operacionais a qual a Instituição está exposta. · Disseminar a cultura de Gerenciamento do Risco Operacional, controlando os riscos e elaborando Planos de ação com objetivo de mitigar a exposição do Banco ao Risco Operacional. · Apurar possíveis falhas em processos e negócios, definindo políticas de conformidade e disseminando a cultura de gestão de riscos. **2.5. Risco Socioambiental:** O Banco Moneo definiu o gerenciamento e governança do Risco Socioambiental compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio e a complexidade de serviços e produtos oferecidos. A proteção do meio ambiente é uma gestão responsável dos recursos para a instituição, funcionários e clientes. Qualquer dano socioambiental sujeita ao Banco responder como corresponsável, por isso a importância do gerenciamento desse risco evitando prejuízos financeiros e principalmente a imagem da Instituição. ATRIBUIÇÕES: · Elaborar políticas que garantam a observação da legislação trabalhista, especialmente aquelas relativas à saúde, aos benefícios e a segurança ocupacional. · Realizar consultas em sites de busca informações desabonadoras dos clientes, sócios e coligadas. · Cumprir com o disposto no Código de Conduta do Banco Moneo e das Empresas Marcopolo que abordam, entre outros assuntos, a relação com o meio ambiente, com a sociedade e fornecedores. · Registrar em sistema específico o bloqueio de operações com pessoas e empresas julgadas por Improbidade Administrativa. **2.6. Análise de Sensibilidade:** Em cumprimento ao art. 17 da Circular Bacen nº 3959/2019, o Banco Moneo realizou análise de sensibilidade sobre suas operações expostas aos riscos de crédito e mercado considerando os valores orçados para o ano de 2022, os quais foram aprovados pelo Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, prevendo impactos em seu resultado, através dos 3 cenários elencados abaixo. **Cenário 1 Otimista:** considerando uma melhora de produção de 10%, elevação da qualidade de crédito em 10% (PCLD menor), redução nas taxas de captação em 10%; **Cenário 2 Pessimista I:** considerando uma piora de produção de 10%, piora na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 10%; **Cenário 3 Pessimista II:** considerando uma piora de produção de 20%, piora na qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 20%.

	Efeito Bruto no Resultado			Efeito Líquido no Resultado		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
Produção	10.164	(10.164)	(20.329)	5.590	(5.590)	(11.181)
Qualidade do Crédito - PCLD	1.454	(1.454)	(2.908)	800	(800)	(1.599)
Captações	4.675	(4.675)	(9.350)	2.571	(2.571)	(5.143)

3. Gerenciamento de Capital: O processo de gerenciamento de capital baseia-se no monitoramento contínuo do capital mantido no Banco, alinhado aos seus objetivos estratégicos e ao planejamento de metas. Objetiva, de forma abrangente, a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais o Banco está exposto, utilizando-se de testes de estresse e simulações de condições adversas de mercado, de maneira a antecipar as necessidades de capital segundo os cenários projetados. O Banco Moneo elabora relatórios gerenciais que são apresentados aos executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões. Dessa forma é garantido que a instituição conserve níveis adequados de capital para suportar a operação. Projeta ainda informações sobre adequação de capital em situações normais e de estresse. ATRIBUIÇÕES: · Elaborar políticas e procedimentos de gerenciamento de capital, assim como instrumentos utilizados para gestão, consoante às definições do Conselho de Administração. · Propor mecanismos destinados a manter o capital em nível compatível com os riscos que o Banco esta exposto. · Recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das atividades de controle, especialmente as que dizem respeito à manutenção de capital em nível adequado. · Verificar, de forma periódica, a aderência do plano de capital aos fatores de risco e realizar simulações de cenários encaminhando os resultados à Alta Administração. **24. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS:** O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **25. SEGUROS:** O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **26. OUTRAS INFORMAÇÕES - PANDEMIA COVID-19:** Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem uma previsão acurada de seu impacto final. Para que o Banco possa acompanhar e analisar os impactos do Covid-19 foram implantadas reuniões diárias da gestão (com a participação da diretoria), as mesmas atualmente vêm sendo realizadas duas vezes na semana. Neste ambiente são discutidas, as principais ações adotadas pelo Banco, visando à sustentabilidade operacional. Foram adotadas diversas medidas, recomendações e determinações vindas dos órgãos de saúde e autoridades competentes, reiterando o nosso compromisso com a segurança de todos os colaboradores e clientes. A fim de manter as operações em andamento, inicialmente foram concedidas férias para o maior número possível de colaboradores. Em paralelo às férias os demais colaboradores, cujas atividade permitiram, foram orientados a executar seu trabalho de forma remota. Para este trabalho o Banco disponibilizou, conforme necessidade, que o colaborador levasse para casa os equipamentos do Banco assim como os acessos necessários. O trabalho presencial foi retomado atendendo diversas medidas, recomendações e determinações vindas dos órgãos de saúde e autoridades competentes, reiterando o nosso compromisso com a segurança de todos os colaboradores e clientes. Durante este período, em relação à carteira de clientes, houve renegociações atendendo a CIRCULAR SUP/ADIG Nº 12/2020-BNDES, de 28/03/2020 e também as Resoluções 4.782 de 16.03.2020, 4.791 de 26.03.2020 e 4.803 de 09.04.2020 do Banco Central do Brasil. Quanto ao passivo que o Banco possui junto ao BNDES o mesmo também foi renegociado atendendo a CIRCULAR SUP/ADIG Nº 12/2020-BNDES, de 28/03/2020. O Banco mantém um cenário de liquidez e uma boa posição de caixa - o fluxo de amortização de médio e longo prazo mostra-se adequado. De toda a forma, estamos tomando medidas de contenção de despesas e de investimentos. Até a presente data, as atividades apresentam plenas condições de continuidade das operações.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Moneo S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen)e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Antonio Valiati - Conselheiro
Paulo Cezar da Silva Nunes - Conselheiro

Diretoria

José Antonio Valiati - Diretor administrativo financeiro e riscos
Rodrigo Tolotti - Diretor de crédito e cobrança
Eraldo Paim de Araújo - Diretor comercial

Contadora

Claudia Spiller CRC/RS 80.406/O-4

EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO

LIGUE
54 3218.1234

AO TEU LADO
Pioneiro

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2022.02.25 12:27:37 -03'00'